

Economia em Debate

nº 278

(28/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Plano de saúde poderá cobrar até 40% por atendimento

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

Norma da ANS, que deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União, prevê que as operadoras de planos de saúde poderão cobrar dos clientes até 40% do valor dos procedimentos realizados. A nova regra vale para franquias (parecidas com a dos seguros de veículos) e coparticipações (quando o cliente arca com parte dos custos) e determina que os pagamentos extras não podem exceder, no ano, o valor desembolsado com as mensalidades no mesmo período.

As operadoras de planos de saúde poderão cobrar dos clientes até 40% do valor de cada procedimento realizado, conforme norma editada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e publicada hoje no Diário Oficial da União. A resolução define regras para duas modalidades de convênios médicos que vêm crescendo no mercado: a coparticipação (quando o cliente arca com uma parte dos custos do atendimento toda vez que usa o plano de saúde) e a franquia (similar à de veículos).

Ambos os formatos já estavam previstos em resolução do setor de 1998, mas ela não tinha sido regulamentada. Não havia, por exemplo, a definição de um percentual máximo para a coparticipação em cada atendimento, mas a diretoria de fiscalização da ANS orientava as operadoras a não praticarem valores superiores a 30% – na prática, portanto, a nova regra amplia o valor máximo que as operadoras podem cobrar dos usuários.

O texto da nova resolução, à qual o Estado teve acesso, prevê, porém, que todas as cobranças com franquia e coparticipação estejam sujeitas a um valor máximo por ano. Como adiantado pela reportagem em abril, a parte a ser paga pelo beneficiário no somatório de 12 meses terá como teto o mesmo valor que ele paga de mensalidade no acumulado do ano. Ou seja, se o valor total pago em 12 meses for de R\$ 6 mil (mensalidade de R\$ 500), este será o limite para os gastos extras do cliente com franquia e coparticipação (diluídos ao longo dos meses).

Esse limite poderá ser aumentado em 50% no caso de planos coletivos empresariais (que representam 67% do mercado de convênios médicos), caso isso seja acordado em convenção coletiva. No exemplo dado acima, portanto, o limite a ser pago pelo contratante em pagamentos de franquia e coparticipação poderia chegar a R\$ 9 mil por ano.

Esse mesmo teto também deverá ser respeitado para os planos com franquia, mas a cobrança nesse caso será diferente. A franquia poderá ser aplicada de duas formas: 1) dedutível acumulada: a operadora não se responsabiliza pela cobertura das despesas até que seja atingido o valor previsto no contrato como franquia; 2) limitada por acesso: será estipulado um valor de franquia por procedimento e não por ano.

As regras só valem para contratos novos. As operadoras poderão continuar vendendo planos sem franquia ou coparticipação, mas os produtos com esses formatos deverão ser 20% a 30% mais baratos. Publicada hoje, a norma entra em vigor em seis meses, prazo dado para que as operadoras se adaptem às novas normas.

Presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Reinaldo Scheibe diz que o mercado de planos com coparticipação e franquia deve se expandir e, como esses produtos são mais baratos, mais pessoas terão acesso ao convênio médico. “As empresas terão condições de colocar mais pessoas nos planos, por exemplo”, opina.

Críticas. O percentual de 40% de coparticipação e o limite de gastos previsto para o cliente são dois pontos polêmicos que opõem ANS e entidades de defesa do consumidor. Para a agência, as regras trazem “maior previsibilidade” aos consumidores, que, ao contratar um plano com coparticipação e franquia a partir de agora, saberão qual é o valor máximo que pagarão ao final do mês e ano.

“Os avanços dessa norma são garantir que o consumidor não seja surpreendido com um custo muito alto e definir procedimentos isentos da cobrança de coparticipação e franquia (mais informações nesta página)”, afirma Rodrigo Rodrigues de Aguiar, diretor de desenvolvimento setorial da ANS.

Já para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a norma preocupa pela possibilidade de endividamento dos beneficiários e pela ampliação do percentual de coparticipação para 40%. “A regulamentação dessas modalidades de plano é importante, mas parece que nenhuma das sugestões das entidades de proteção do consumidor foi ouvida”, diz Ana Carolina Navarrete, pesquisadora do Idec.

STF barra venda de distribuidora da Eletrobrás

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

O ministro do STF Ricardo Lewandowski retirou a Ceal do leilão de privatização de distribuidoras da Eletrobrás. A empresa atua em Alagoas. Em liminar, Lewandowski também determinou que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas precisa de autorização do Congresso.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski decidiu retirar a Ceal do leilão de privatização das distribuidoras da Eletrobrás. A empresa atua no Estado de Alagoas e a licitação está marcada para o dia 26 de julho, juntamente com as distribuidoras que atuam no Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí. É mais um fator de incertezas em relação à venda das companhias, cujas operações geram prejuízos bilionários.

Também ontem, o ministro determinou que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou

controladas só pode ser feita com autorização do Congresso, sempre que resultar em perda do controle acionário – o que pode afetar a privatização das distribuidoras (ler mais abaixo).

A liminar sobre a Ceal atende a pedido do governo de Alagoas, que avalia ter direito a receber R\$ 4 bilhões, em valores atualizados, segundo fontes consultadas pela reportagem. O Estado alegou ao STF que o leilão acarretaria “dano irreparável” ao governo, agravando o endividamento. O ministro decidiu aceitar o pedido, considerando a iminência do leilão e a proximidade do recesso judiciário. O governo do Piauí tem uma ação semelhante e a decisão eleva o risco de a Cepisa também ser retirada da licitação.

Na terça-feira, Lewandowski havia convocado o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, para uma reunião no STF com o governo de Alagoas e a Advocacia-Geral da União (AGU). Foi uma tentativa de conciliação a respeito do caso. A AGU deve fazer uma reunião hoje para avaliar os próximos passos e tentar reverter a decisão antes da data da licitação, apurou o Estadão/Broadcast.

Disputa. A liminar dada por Lewandowski diz respeito a uma disputa entre o Estado de Alagoas e governo federal que data de 1998. Em troca da renegociação de suas dívidas com a União, os Estados aceitaram privatizar as distribuidoras de energia. Mas o leilão da Ceal fracassou por falta de interessados.

Na época, a alternativa, para cumprir o acordo, foi passar a Ceal e outras distribuidoras estaduais para a Eletrobrás de forma temporária, para que fossem saneadas e vendidas em seguida. Para ceder o controle, o governo estadual recebeu um adiantamento e o restante seria pago na privatização. Passados 20 anos, a venda ainda não se concretizou.

Nos últimos anos, as distribuidoras geraram perdas bilionárias para a Eletrobrás. A Ceal hoje tem patrimônio líquido negativo de R\$ 573,8 milhões, endividamento de R\$ 1,4 bilhão e prejuízo acumulado nos últimos cinco anos de R\$ 923,6 milhões, segundo informações do edital de venda. Com indicadores financeiros tão ruins, a União decidiu licitá-la pelo valor simbólico de R\$ 50 mil. Ainda assim, o governo de Alagoas acredita que tem direito a receber R\$ 4 bilhões pela empresa.

Prejuízo. Em julho de 2016, a Eletrobrás decidiu, em assembleia de acionistas, não renovar as concessões de suas distribuidoras, que atuam nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Alagoas e Piauí. Desde então, a prestação do serviço é responsabilidade da União, que, sem alternativas, designou a Eletrobrás para a função a partir de agosto daquele ano.

Por não ser a dona da concessão, a Eletrobrás não aplica recursos próprios nas distribuidoras. O governo também não tem recursos para fazer frente às despesas e as tarifas pagas pelos consumidores não são suficientes para fechar as contas.

A diferença entre o que é arrecadado pelas tarifas e o que é gasto pelas companhias é paga com recursos do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR). Esse dinheiro está embutido no valor das faturas dos consumidores.

Esse recurso deveria gerar um superávit para abater gastos da conta de luz dos consumidores, bancando parte dos subsídios e programas sociais pagos nas tarifas. No entanto, tem sido emprestado para as seis distribuidoras desde agosto de 2016. Em quase dois anos elas gastaram R\$ 3,75 bilhões do fundo, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

BC vende US\$ 2,5 bi, mas dólar vai a R\$ 3,87

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

O Banco Central tentou, sem sucesso, segurar o dólar ontem. A moeda norte-americana subiu 1,99%, vendida a R\$ 3,87. O dólar turismo terminou o dia cotado a R\$ 4,01, sem considerar o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF). Entre os principais países emergentes, o real teve o segundo pior desempenho ante o dólar, perdendo apenas para a moeda da África do Sul.

Especialistas em câmbio citam, entre os principais fatores para explicar a alta da moeda dos EUA, o cenário externo adverso, a saída de recursos de estrangeiros do Brasil e a ação de especuladores com os vencimentos dos swaps (instrumento que equivale à venda de dólar pelo BC no mercado futuro).

Ontem, o BC também usou outra ferramenta para conter a moeda: os leilões de linha, colocando um total de US\$ 2,4 bilhões no mercado. Nesse caso, a venda de dólar se deu no mercado à vista com compromisso de recompra no futuro. Ao contrário do leilão feito na segunda-feira, que teve pouca demanda (foram vendidos apenas US\$ 500 milhões), o volume de ontem foi quase integralmente vendido. A ação do BC contribuiu para um volume de negócios acima da média, mesmo com o jogo do Brasil.

Para o ex-presidente do Banco Central e sócio da Tendências Consultoria Integrada, Gustavo Loyola, a atuação do BC no câmbio está “de maneira geral, correta”. “O importante para o BC é irrigar a liquidez no mercado de câmbio, mas sem também gerar muita previsibilidade”, diz. “As intervenções têm sempre que deixar algum risco para quem tem posições, quer sejam compradas ou vendidas”.

Ainda para explicar o fortalecimento do dólar no Brasil, operadores ressaltam que há um movimento de investidores, que compraram swaps nos leilões recentes do BC, para pressionar as cotações do dólar para cima e, assim, obter maior ganho financeiro no vencimento dos papéis.

Especulação. O sócio-diretor da corretora NGO, Sidnei Nehme, resalta que os especuladores tentavam levar o dólar a R\$ 4, pois eles mesmos haviam tomado os swaps nas últimas semanas, pressionando as cotações para baixo

nos leilões, a R\$ 3,70/3,75. Só em 1.º de agosto vencem US\$ 14 bilhões em swap.

Com a entrada em jogo dos leilões de linha, Nehme diz que fica mais difícil esses movimentos especulativos terem impacto na formação da taxa de câmbio, ainda que os agentes continuem tentando pressionar as cotações perto dos vencimentos dos swaps. “A nova estratégia do BC o faz retomar a influência na formação do preço do dólar”, escreveu o diretor em um relatório ontem.

Dados do BC divulgados ontem também confirmam a saída de capital externo pelo fluxo financeiro (que inclui as aplicações em bolsa e renda fixa). Entre os dias 18 e 22, foram retirados US\$ 766 milhões em valores líquidos. Operadores começaram a notar a retirada dos recursos na semana passada. O final deste mês é tanto encerramento de trimestre como de semestre, o que aumenta a demanda por dólar no mercado à vista para remessa de recursos ao exterior por empresas.

Inadimplência de empresas cresce com a greve **O Estado de S. Paulo - 28/06/2018**

Após quatro meses de estabilidade, o número de empresas com pagamentos em atraso voltou a acelerar em maio, influenciado pela greve dos caminhoneiros que paralisou o País por mais de dez dias.

No mês passado, 5,5 milhões de companhias estavam na lista de inadimplentes, aponta a Serasa Experian, empresa especializada em informações financeiras. Esse é o maior número de empresas com pagamentos atrasados desde março de 2016, quando o levantamento começou a ser feito.

De janeiro a abril, 5,4 milhões de empresas mensalmente tinham dívidas em atraso. Em maio, mais 100 mil companhias engrossaram essa lista. Em comparação com o mesmo mês de 2017 houve um acréscimo de 400 mil empresas, um aumento de 7,8%. As dívidas com pagamento atrasado também cresceram 4,3% na comparação anual e atingiram R\$ 124,3 bilhões.

“A greve dos caminhoneiros impactou as cadeias de produção e as empresas pararam de produzir e vender”, afirma o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi. Sem girar os estoques, elas ficaram sem capital de giro para honrar os pagamentos das contas básicas e as dívidas com sistema financeiro e fornecedores.

Rabi explica que por esse levantamento não é possível saber qual é o período médio de atraso porque o critério de inadimplência é fixado pelo credor. Isto é, a Serasa Experian reúne numa mesma lista o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) das empresas que deixaram de pagar as contas no prazo, seja com um dia de atraso ou mais de 30 dias, por exemplo.

O levantamento mostra que o aumento da inadimplência foi puxado pelas empresas prestadoras de serviços. No mês passado, essas companhias responderam por quase a metade (48%) das empresas com pagamentos atrasados. Em maio do ano passado, as prestadoras de serviços representavam 46,7% do total de companhias inadimplentes.

Rabi argumenta que o prejuízo provocado pela greve se concentrou no setor de serviços porque ele reúne um número maior de pequenas e microempresas. Normalmente as pequenas e microempresas já enfrentam maior dificuldade de capital de giro e, com a greve, tiveram piora nesse quadro.

Para os próximos meses, a tendência para o calote das empresas não é de estabilização, segundo o economista. Ele argumenta que a situação financeira das companhias está muito ligada ao ritmo e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que pode continuar desacelerando.

Nova regra do cheque especial entra em vigor em julho **O Estado de S. Paulo - 28/06/2018**

O cheque especial, que passou a ser a linha de crédito mais cara do sistema financeiro nacional, terá um novo funcionamento a partir de 1.º de julho. As instituições financeiras vão oferecer uma opção mais barata para o correntista que utilizar 15% do limite da conta por 30 dias seguidos. Os consumidores, no entanto, não serão obrigados a aceitar a proposta e nada mudará para quem permanecer devedor.

A taxa média cobrada de pessoas físicas recuou de 321%, em abril, para 311,9% ao ano, em maio, conforme dados divulgados ontem pelo Banco Central. Já a taxa média de juros no crédito livre – que não utiliza recursos da poupança e do BNDES – ficou em 39,2% ao ano em maio, considerando todas as modalidades.

Assim, uma dívida de R\$ 1 mil contraída na modalidade de cheque especial sobe para R\$ 4.119,11 depois de 12 meses. Já no crédito pessoal, essa mesma dívida, após o mesmo período, ficaria em R\$ 1.392,07, segundo cálculos da economista e planejadora financeira Paula Sauer, do Planejar.

Em entrevista durante o anúncio do programa, em abril, o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Murilo Portugal, disse que a medida era um avanço para o setor financeiro. “O uso mais adequado vai reduzir inadimplência do cheque e a menor inadimplência vai permitir a redução do juro”, defendeu.

As alterações foram propostas pelas próprias instituições financeiras como uma resposta ao BC, que vem cobrando publicamente os bancos sobre um conjunto de ações para a redução do custo do crédito desde o começo do ano.

As declarações do BC são uma resposta a uma pressão da opinião pública que esperava que a queda da taxa básica da economia, a Selic, hoje no piso

histórico de 6,50% ao ano, fosse repassada de maneira mais perceptível também pelos bancos aos tomadores de pessoa física.

Assim, os bancos se comprometeram a oferecer parcelamento da dívida que funcionará como 'porta de saída' para quem está com a conta corrente negativa por muito tempo. Quando esse cliente migra para uma dívida mais barata, dizem os bancos, contas serão reorganizadas e cairá o risco de calote no futuro.

A nova regra se aplica somente para dívidas superiores a R\$ 200. A oferta das opções mais vantajosas para pagamento do cheque especial deve ocorrer em até 5 dias úteis após os bancos constatarem que o cliente se enquadra neste caso. O cliente não será obrigado a contratar uma das alternativas oferecidas pelos bancos. Nesses casos, os bancos terão de reiterar as ofertas aos clientes a cada 30 dias. Se o cliente optar por parcelar a dívida do cheque especial, os bancos terão a opção de manter ou não o limite de crédito dessa modalidade ao consumidor.

No cartão, ao contrário, quem não agir após comunicação do banco entra na lista de inadimplentes. Portugal disse que foram feitas pesquisas e consultas com consumidores, que reprovaram eventual operação compulsória. Fonte que acompanhou as negociações disseram em abril ao Estadão/Broadcast que bancos e o próprio BC optaram pela ação voluntária porque a obrigatoriedade do rotativo sofreu questionamentos legais até do Ministério Público.

Para a economista e pesquisadora do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) Ione Amorim, as mudanças, apesar de ainda não estarem claras (os bancos ainda não divulgaram como será a linha que substituirá o cheque especial), parecem tímidas para reduzir o endividamento do cheque especial. "Trocar uma linha por outra não me parece ideal, já que após a aquisição do crédito pessoal o cheque especial permanecerá na conta da pessoal e ela correrá o risco de aumentar o endividamento", afirma. Ione teme que a medida possa acelerar o superendividamento dos consumidores.

Governo revê para cima a produção do campo **O Estado de S. Paulo - 28/06/2018**

Entre abril e maio, o valor bruto da produção agropecuária (VPB) de 2018 estimado pelo governo aumentou R\$ 10 bilhões, atingiu R\$ 552 bilhões e está cada vez mais próximo do de 2017, que marcou um recorde absoluto na história brasileira. As previsões do VBP para este ano só foram possíveis devido ao comportamento das lavouras, pois a pecuária apresentou resultados piores.

A produção das lavouras foi estimada em R\$ 377 bilhões para 2018 e é inferior em apenas 0,5% à de 2017, quando alcançou R\$ 378,8 bilhões. O destaque é a soja, cujo VPB deverá aumentar de R\$ 123,2 bilhões em 2017 para R\$ 134,1 bilhões em 2018 (+8,9%).

Porcentualmente, evolução ainda maior que a da soja deverá ser verificada nas culturas de algodão (+32,3%), cacau (+27,6%) e café (+9,1%). Mas o peso desses produtos nas lavouras é muito inferior ao da soja. O VPB do café, por exemplo, é de cerca de R\$ 24 bilhões e deverá ser inferior, pelo segundo ano consecutivo, ao do algodão (R\$ 29,9 bilhões). As maiores quedas do valor da produção estão previstas para arroz, feijão, laranja e uva.

A Região Centro-Oeste é a que mais contribui para as lavouras, com expansão estimada do VPB de 12% entre 2017 e 2018, o que compensa as quedas no Sudeste e no Sul. O Nordeste também registra alta na produção das lavouras, o que é importante numa área de menor renda por habitante.

Já o comportamento da pecuária deixa a desejar. O VPB estimado para a pecuária neste ano é de R\$ 175 bilhões, inferior em 6% ao do ano passado. Na comparação entre 2017 e 2018, diminuíram as projeções não só para bovinos (-0,2%) e leite (-6,1%), como para ovos (-9,6%), frango (-11,3%) e suínos (-13%). Os valores estimados justificam a percepção de que, entre as carnes, a suína ficou mais acessível aos consumidores.

A principal explicação para o pequeno recuo de 2,3% do valor da produção agropecuária estimado para 2018 é a queda de preços, segundo o coordenador-geral de Estudos e Análises do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Garcia Gasques.

Mantendo uma oferta adequada da maioria de produtos, a agropecuária contribuiu para atenuar a crise econômica e aumentar o poder de compra dos trabalhadores. Isso é particularmente importante numa conjuntura em que o desemprego ainda é muito elevado.

Cheque tem os juros mais altos; clientes ignoram taxas **O Estado de S. Paulo - 28/06/2018**

A taxa média de juros cobrada no cheque especial chegou a 311,9% ao ano em maio e passou a ser a mais alta do País, à frente do rotativo do cartão, que ficou em 303,6%. Pesquisa do SPC Brasil mostra que 17% dos consumidores recorreram ao limite do banco pelo menos uma vez no último ano e 63% desconheciam as taxas cobradas.

O cheque especial assumiu a dianteira entre as modalidades de crédito com os maiores juros do sistema financeiro brasileiro. A taxa média cobrada de pessoas físicas, conforme dados divulgados ontem pelo Banco Central, chegou a 311,9% ao ano em maio, desbancando da liderança a taxa média do rotativo do cartão, que ficou em 303,6% no período. A maioria dos consumidores que recorrem ao cheque especial, no entanto, desconhece o custo desse tipo de empréstimo.

Uma pesquisa realizada pelo SPC Brasil, e obtida com exclusividade pelo Estado, mostra que 17% dos consumidores precisaram recorrer ao limite do

banco pelo menos uma vez no último ano. Desses, 63% desconheciam as taxas e os juros cobrados pelas instituições sobre esse financiamento.

Ao todo, os brasileiros devem cerca de R\$ 24 bilhões no cheque especial, segundo os dados mais recentes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), divulgados em abril. O valor médio é de R\$ 900.

O efeito “bola de neve”, no entanto, faz com que essa dívida se multiplique rapidamente. Um empréstimo de R\$ 1 mil feito na modalidade de cheque especial vira R\$ 4.119 depois de um ano. No crédito pessoal, seria R\$ 1.392 no mesmo período.

Uma parcela relevante dos consumidores que incorporaram o limite concedido pelos bancos na conta corrente usa esse dinheiro como parte do orçamento mensal. Segundo o SPC Brasil, dos clientes que estão no cheque especial, 46% recorrem a ele todos os meses. Para 34% dos consumidores, o objetivo é cobrir imprevistos com doenças e medicamentos. Outros 12% usam o limite para fazer compras no supermercado. A pesquisa também mostra que 23% pagam dívidas em atraso e 18% fazem manutenção em automóveis.

“De uma forma geral, esses dados mostram que um bom número de pessoas não faz ideia do que é o cheque especial e, principalmente, do impacto negativo de seu emprego no cotidiano”, afirma a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, responsável pelo estudo. A história da representante de vendas Laíza Sabino, de 22 anos, é um exemplo disso. Ela migrou de uma conta poupança para uma conta corrente pela primeira vez ao completar 18 anos. “Não sabia, mas recebi um limite de cheque especial de R\$ 700. Quando vi o dinheiro, pensei que fosse meu e gastei. Dois meses depois, recebi uma carta de cobrança de R\$ 1,2 mil”, lembra. “Fiquei desesperada e aceitei um acordo com o banco para pagar a dívida em seis vezes. Acabei pagando quase R\$ 2 mil.”

Para a economista e pesquisadora do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) Ione Amorim, o caso de Laíza é mais comum do que se imagina. “Acontece o tempo inteiro, pela ausência de educação financeira e pelo fato de uma pessoa ter acesso a uma conta corrente e nem saber dos produtos que estão ali incluídos. Além disso, há uma prática de mercado de vincular o cheque especial ao saldo do correntista, o que leva a confusões desse tipo”, afirma. Rotativo. Apesar de liderar o ranking entre as modalidades de crédito, a taxa média cobrada de pessoas físicas no cheque especial chegou a recuar de 321% em abril para 311,9% ao ano em maio. Só que, segundo o BC, essa taxa ainda ficou acima do que é cobrado no rotativo do cartão de crédito, que caiu de 328,6% ao ano em abril para 303,6% ao ano em maio.

No início de abril, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) anunciou uma medida de autorregulamentação: os próprios bancos vão oferecer, a partir de julho, um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção valerá para débitos superiores a R\$ 200. A expectativa da entidade é de que essa

migração do cheque especial para linhas mais baratas acelere a tendência de queda do juro cobrado ao consumidor.

Lista de isenções inclui prevenção e cuidados com doenças crônicas

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

As regras de franquia e coparticipação não poderão ser aplicadas a alguns tipos de procedimentos definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na resolução publicada hoje no Diário Oficial da União. Fazem parte da lista consultas e exames considerados preventivos e tratamentos de doenças crônicas.

Entre as consultas, estarão isentos quatro atendimentos com médicos generalistas (clínico-geral, médico da família, pediatra, ginecologista e geriatra) por ano. Entre os exames preventivos que não terão cobrança extra estão mamografia para mulheres de 40 a 69 anos (um exame a cada dois anos), papanicolau para pacientes de 21 a 65 anos, glicemia de jejum para maiores de 50 anos e teste de HIV, entre outros.

Entre os tratamentos crônicos cobertos integralmente em qualquer circunstância estão sessões de hemodiálise e tratamentos oncológicos de radioterapia e quimioterapia. Também ficarão isentos de cobrança extra os exames solicitados durante o pré-natal, dez consultas com obstetra e os testes feitos nos recém-nascidos, como o do pezinho.

Pronto-socorro. Terão ainda regra diferente os atendimentos feitos em pronto-socorro. Nesses casos, não incidirá o valor percentual de 40% de coparticipação por procedimento realizado, mas, sim, um valor fixo e único a cada atendimento.

Esse valor ficará limitado à metade do valor da mensalidade do beneficiário e não poderá ser superior ao valor pago pela operadora de plano de saúde ao hospital ou clínica. Outra determinação da resolução é que o beneficiário tenha acesso, no site da operadora, a um extrato de utilização do serviço, com os valores acumulados a serem pagos como franquia ou coparticipação. “É uma forma de dar transparência ao processo e de o cliente acompanhar se as cobranças são devidas”, diz Rodrigo Rodrigues de Aguiar, diretor de desenvolvimento setorial da ANS.

Lewandowski proíbe venda de estatal sem aval do Congresso

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski deferiu uma liminar – que ainda deverá passar pelo plenário do STF – determinando que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista

ou de suas subsidiárias ou controladas só pode ser feita com autorização do Congresso Nacional, sempre que resultar em perda do controle acionário.

O governo ainda avalia se a decisão terá impacto nas operações de venda de ativos da Eletrobrás e da Petrobrás e de que forma vai tentar reverter a decisão. A ação foi apresentada em 2016 por empregados e sindicalistas da Caixa. As associações questionam a Lei 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Ao atrelar a privatização de estatais à autorização prévia do Legislativo, o ministro tomou uma medida excepcional em termos jurídicos. A lei que regula as ações sobre constitucionalidade de dispositivos prevê que cabe ao plenário da Corte analisar esses processos, inclusive cautelares.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia informou que vai aguardar posicionamento da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre o caso. A Eletrobrás informou que está avaliando a decisão e que prestará informações sobre o caso oportunamente. A AGU informou que ainda está avaliando quais medidas tomará.

‘Danos irreparáveis’. Na decisão, Lewandowski afirma que “uma crescente vaga de desestatizações” vem tomando o País sem a “estrita observância da lei”, o que, segundo o ministro do STF, poderá trazer prejuízos “irreparáveis” ao Brasil.

Apesar de submeter a decisão – que já está em vigor – ao referendo do plenário, Lewandowski ainda não liberou a ação para pauta. Quando liberar, caberá à presidência da Corte colocar o processo para análise do colegiado.

No texto da decisão, Lewandowski afirma que deu a decisão individualmente porque há “urgência” no tema, “haja vista que, diariamente, vêm sendo noticiadas iniciativas do Governo no sentido de acelerar as privatizações de estatais, como estratégia traçada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI – Lei 13.334/2016), com o intuito de ampliar as receitas governamentais”, afirma o ministro.

Reajuste de planos individuais

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

A ANS autorizou aumento de até 10% no valor dos planos de saúde individuais e familiares. A medida foi anunciada depois que a Justiça derrubou liminar que limitava o reajuste a 5,72%.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) formalizou no Diário Oficial da União de ontem a decisão que autoriza o reajuste máximo de 10% para planos de saúde individuais e familiares. A medida deverá atingir cerca de 8,1

milhões de pessoas que têm essa forma de contrato e será retroativa a 1.º de maio deste ano.

A cobrança da retroatividade será diluída. Para contratos que não tiverem a parcela de julho ajustada em 10%, por exemplo, a compensação começará em agosto e será feita até outubro. A partir de novembro, a parcela retomará o valor normal, apenas com reajuste de 10% em relação ao que era pago em abril. O reajuste tem validade até abril de 2019.

Ação. O valor do aumento foi divulgado pela ANS na sexta-feira à noite, no mesmo dia em que o Tribunal Regional da 3.ª Região derrubou uma liminar que fixava um teto de 5,72% para a correção de planos individuais. A liminar havia sido concedida no dia 14, pela 22.ª Vara Cível Federal de São Paulo, em uma ação civil pública interposta pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec).

A cassação da liminar, contudo, não coloca um ponto final na nova discussão sobre a forma de reajuste de planos de saúde. O Idec já avisou que vai estudar novas possibilidades de recurso. E observou ainda que o pedido na ação ia além do índice de reajuste.

A ação do Idec foi movida com base em um relatório feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou falhas, falta de transparência e de mecanismos para conter abusos na metodologia usada pela ANS para calcular o reajuste de planos individuais. Diante desse resultado, o Idec pediu que uma nova metodologia para calcular o aumento seja encontrada.

O Idec solicitou ainda o fim do uso de um fator moderador batizado pela ANS como ‘impacto de fatores exógenos’, que o TCU considerou ser indevido. Esse pedido será ainda avaliado pela Justiça. “As falhas apontadas mostram a necessidade de que a ANS coloque a questão da metodologia em pauta não só no Judiciário, mas também fora dele, com a participação efetiva da sociedade”, afirmou a advogada do Idec, Ana Carolina Navarrete.

Planos coletivos. Além de ações voltadas para o reajuste de planos individuais, o Idec deverá ingressar com outras medidas, para questionar também a fórmula do aumento de planos coletivos. O relatório do TCU também deverá servir de argumento para que novas ações sejam propostas, desta vez questionando a forma como se faz o reajuste de planos coletivos, que representam 83% do mercado.

Incerteza política pode pausar avanço de empréstimos

Valor Econômico - 28/06/2018

A greve dos caminhoneiros não freou o crescimento do crédito no Brasil em maio, mas as incertezas políticas e a piora do cenário externo podem pausar a expansão nos próximos meses. Analistas chamaram a atenção para os sólidos resultados do mês passado no relatório divulgado ontem pelo Banco Central, ainda mais diante da possibilidade de que a paralisação do transporte de cargas pudesse gerar uma surpresa negativa.

"A expectativa de uma parada na recuperação das condições de crédito no país por conta da greve dos caminhoneiros não se confirmou", disse Bruno Lavieri, economista da consultoria 4E. O especialista ressaltou que os números de maio mostram "um processo de retomada das concessões ainda lento, mas que continua em andamento".

Apesar da queda na leitura ano contra ano do saldo de financiamentos para pessoa jurídica, o segmento de crédito corporativo já mostra uma recuperação "ainda que mais tímida" na comparação com a de pessoas físicas. Na margem, afirma o economista da 4E, o crédito corporativo "está praticamente estável há quase três meses".

Os financiamentos para pessoa jurídica ainda continuam a apresentar recuos por conta da queda no crédito direcionado oferecido pelo BNDES. Mas "o crédito livre para pessoa jurídica está se expandindo e, em bases anuais, já temos uma alta de 1,5%", afirmou Lavieri.

Daqui para a frente, os grandes riscos para a continuidade da expansão dos financiamentos tanto para empresas quanto para famílias recaem sobre as eleições e o recrudescimento do cenário internacional, com aumento das tensões comerciais e fortalecimento do dólar. Essa combinação, aponta Alberto Ramos, economista-chefe do Goldman Sachs para a América Latina, em relatório, pode frear tanto a oferta de crédito pelos bancos quanto a demanda pelas corporações e indivíduos nos próximos meses.

Isabela Tavares, analista de macroeconomia da consultoria Tendências, considera até mesmo a possibilidade de as taxas finais subirem levemente devido ao aumento da falta de visibilidade política. Nos próximos meses, pondera, "as incertezas eleitorais podem provocar uma interrupção da queda do custo ao tomador final ou até mesmo fazê-lo oscilar positivamente".

Segundo Isabela, as taxas do empréstimo para o consumidor podem ficar maiores, ainda que o "spread" tenha tendência de continuar em recuo gradual. "Esse movimento do spread ocorre devido às medidas estruturais implementadas pelo BC para melhorar as taxas e pelas iniciativas de autorregulação dos próprios bancos." Conforme a economista, "a mudança nas regras do cheque especial puxou as quedas das taxas e do spread do crédito para pessoa física em relação ao mês de abril".

A expansão das concessões reais de empréstimos completou 12 meses seguidos em maio, mas, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o crédito "poderia estar avançando mais". O órgão culpa a lentidão no aumento dos financiamentos pela desaceleração do crescimento da atividade. Segundo o Iedi, o crédito direcionado, no qual o BNDES tem grande peso, "faz falta para dotar de maior dinamismo a economia".

STF exige aval do Congresso em venda de estatal

Valor Econômico - 28/06/2018

Duas liminares concedidas ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski podem atingir diretamente os planos de venda de estatais em todas as esferas. Numa delas, Lewandowski proibiu que governos federal, estaduais e municipais vendam o controle de estatais sem que haja aval prévio do Poder Legislativo. A decisão atendeu a pedido de liminar protocolado pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Mercado Financeiro.

"Venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário", escreveu o relator.

Em outra liminar, Lewandowski suspendeu o leilão de privatização da Ceal, distribuidora da Eletrobras que atua em Alagoas. A decisão foi proferida em um processo de autoria da Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas. "Para conceder a cautelar levo em conta a iminência do recesso do Supremo Tribunal Federal, bem como a do leilão de privatização. Por outro lado, ressalto que não há perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão", escreveu o ministro na decisão.

A Ceal é uma das seis distribuidoras da Eletrobras colocada à venda, no leilão marcado para 26 de julho. Ceal e Cepisa, distribuidora do Piauí, são consideradas as melhores concessionárias das oferecidas ao mercado, e era dado como certo de que haveria interessados pelas companhias no leilão.

As ações da Eletrobras tiveram a queda acentuada já depois primeira decisão, que aconteceu no fim da manhã, já que pode atrapalhar os planos da companhia em relação à venda das distribuidoras do grupo. A privatização da estatal é avaliada no Congresso, mas na prática, para que possa ser viabilizada, depende da venda prévia das distribuidoras. O leilão está marcado para 26 de julho, mas o Congresso não deu um aval à privatização das concessionárias. Além disso, essa questão não consta no projeto de lei, apresentado pelo governo, que cria condições legais para que duas das seis concessionárias oferecidas sejam consideradas atrativas pelo mercado.

As ações preferenciais classe B (PNB) da Eletrobras recuaram 5,05%, e fecharam a R\$ 13,74, e as ordinárias (ON) tinham queda de 4,08%, a R\$ 11,99. O Ibovespa caiu bem menos, 1,11%.

Na primeira decisão, Lewandowski frisou que, ainda que eventual decisão do Estado de deixar de explorar diretamente determinada atividade econômica seja uma prerrogativa do governante do momento, "não se pode deixar de levar em consideração que os processos de desestatização são conformados por procedimentos peculiares, dentre os quais, ao menos numa primeira análise do tema, encontra-se a manifestação autorizativa do Parlamento."

Segundo ele, a dispensa só pode ser aplicada à venda de ações que não importem perda de controle acionário de estatais. O ministro ainda observou que há uma crescente vaga de desestatizações e que isso deve observar a Constituição, sob pena de "prejuízos irreparáveis ao país".

Em artigo publicado ontem no jornal "Folha de S. Paulo", que circulou antes da divulgação do despacho, o ministro adiantou seu posicionamento sobre o tema. "A transferência do controle desses recursos a estrangeiros ou mesmo a nacionais, sem garantias sólidas de que sejam rigorosamente empregados em prol do interesse coletivo, acaba por minar os próprios fundamentos da soberania, não raro de forma irreversível", escreveu.

"Internacionalizar ou privatizar ativos estratégicos não se reduz apenas a uma mera opção governamental, de caráter contingente, ditada por escolhas circunstanciais de ordem pragmática. Constitui uma decisão que se projeta no tempo, configurando verdadeira política de Estado", prossegue o texto.

A decisão de Lewandowski gera incerteza no caso da venda de distribuidoras da Eletrobras, mas não alteraria o curso da privatização da holding da estatal do setor elétrico, processo que está dependendo exatamente de uma autorização do legislativo. O governo entendia que a Eletrobras, por conta da MP 579 editada na era Dilma Rousseff e que mudou o marco regulatório do setor elétrico, já exigia que a empresa tivesse autorização legislativa específica.

A venda das distribuidoras, por outro lado, é diretamente afetada, sobretudo em termos de prazos, dado que o recesso do judiciário está próximo. A privatização dessas subsidiárias especificamente é considerada necessária para o governo para fortalecer a Eletrobras, dado que elas são deficitárias. Se não conseguir fazer isso, a alternativa que está na mesa é liquidar essas empresas, o que geraria problemas como demissão em massa de funcionários.

Por isso, o Palácio do Planalto recebeu com preocupação a notícia da liminar de Lewandowski. Um ministro palaciano confirmou ao Valor que o presidente Michel Temer vai pedir à ministra da Advocacia Geral da União (AGU), Grace Mendonça, que interponha recurso contra a liminar para reverter a decisão na Turma ou no plenário da Corte.

Na área econômica, acredita-se que o governo tem grande chance de vitória porque o plenário do STF já teria decidido que para efeito de privatização vale a lei 9491, do Plano Nacional de Desestatização (PND), que demanda um decreto incluindo as empresas estatais que o governo pretende privatizar.

Em relação às demais estatais, como Caixa e Petrobras, a liminar não causa preocupação porque a venda dessas companhias não estaria no radar do atual governo. A dúvida no caso da Petrobras é se isso afetará de alguma forma o programa de desinvestimento da empresa, mas ainda assim prevalece a

convicção na área econômica de que a liminar tende a ser cassada pelo pleno da Corte.

Relatório do BC deve direcionar juros Valor Econômico - 28/06/2018

Após um dia atípico no mercado, com forte alta de 2% do dólar e bruscas oscilações no volume de negócios, os investidores devem ajustar posições enquanto avaliam hoje o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), em busca de mais detalhes sobre os possíveis impactos da greve dos caminhoneiros no cenário do Banco Central (BC).

A depender da deterioração do ambiente de negócios, é pouco provável que a previsão anterior do BC para o crescimento da atividade será mantida desta vez. No último relatório, divulgado em março, a expectativa era de expansão de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. Desde então, as principais métricas de risco pioraram, principalmente com o choque que levou à escassez de produtos em todo o país durante 11 dias.

As leituras do BC ganham ainda mais notoriedade após a redução da meta de inflação de 2021, para 3,75%. Além disso, o RTI vem num momento em que o dólar encosta na casa de R\$ 3,90. A expectativa de alguns especialistas é a de que a autarquia traga no documento a ser divulgado nesta manhã mais detalhes de seus modelos que medem o impacto da depreciação cambial na inflação.

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, concede entrevista coletiva após a apresentação do relatório. Algo que não deve faltar, entretanto, é a mensagem recorrente de que o BC só reage a efeitos secundários de choques na economia.

Ontem o dólar registrou ganho de 2,07%, para R\$ 3,8744, no que poderia ser descrito como uma das piores sessões dos últimos meses. Operadores comentam, entretanto, que o movimento foi intensificado pela redução de liquidez durante o jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol.

A oscilação do volume de negócios justifica, inclusive, a falta de novas ofertas líquidas de swap cambial, instrumento que tem sido usado pelo BC para conter o nervosismo no mercado.

O pano de fundo para o tom mais negativo está, principalmente, no exterior. Os ativos foram tomados pela aversão ao risco em meio a preocupações com uma guerra comercial entre Estados Unidos e China. "Temos fatores adicionais que fazem a nossa moeda ter desempenho pior que os pares: quadro eleitoral ainda é bastante incerto", destaca o profissional de tesouraria.

Ontem, a atuação do BC veio com a venda de dólar no mercado à vista com compromisso de recompra, no chamado leilão de linha, que tem efeito limitado na cotação da moeda. Foram vendidos US\$ 2,425 bilhões, somando-se aos

US\$ 500 milhões negociados na segunda-feira. Para o sócio e gestor da Garde Asset Management, Marcelo Giufrida, a iniciativa do BC parece ter um intuito "preventivo" contra o risco de estresse nesta época do ano. "Reduz o risco de desequilíbrios sazonais."

As viradas de trimestre e semestre costumam ser acompanhadas pelo envio de capital para o exterior, o que já seria suficiente para afetar a liquidez e elevar o cupom cambial (juro em dólar). Essas distorções poderiam se traduzir numa pressão no mercado, algo que o BC tem buscado conter. Giufrida avalia que, por ora, a estratégia agressiva da autarquia com venda de swap cambial já tem ajudado o mercado a se alinhar com os pares emergentes, corrigindo também o distanciamento com os fundamentos econômicos. "Isso dá mais conforto para o BC decidir como e quando vai intervir."

Estrangeiro já tirou R\$ 10,6 bi da bolsa, pior saldo desde crise de 2008

Valor Econômico - 28/06/2018

O primeiro semestre de 2018 se aproxima de seu fim com os investidores estrangeiros retirando mais de R\$ 10 bilhões da bolsa de valores brasileira. Os ingressos recordes de recursos registrados no começo do ano agora se converteram na maior retirada líquida em um primeiro semestre na história da bolsa. A última vez que uma fuga dessa magnitude aconteceu foi na crise financeira de 2008, quando o saldo negativo anual foi de R\$ 24,6 bilhões. No primeiro semestre daquele ano, a retirada foi de R\$ 6,66 bilhões.

O expressivo número negativo reflete o atual momento dos mercados globais, menos interessados em tomar risco e apostar em emergentes, mas também a dinâmica própria do Brasil. Por aqui, além da trajetória dos indicadores apontar um crescimento mais fraco em 2018, aquém do que era esperado, as eleições em outubro representam um elemento extra de risco.

"Se a tendência de retirada dos estrangeiros vai continuar é muito difícil dizer, num momento tomado por incertezas, mas o fluxo diminuiu muito, não estamos mais no contexto de antes", afirma César Mikail, responsável pela área de trading equities da Western Asset. "Em um ambiente de excesso de liquidez [no mundo], o investidor não ligaria para isso, mas não é mais o caso."

A posição líquida do estrangeiro em 2018, até 25 de junho, dado mais recente disponível, está negativa em R\$ 10,6 bilhões, segundo a B3. Apenas no mês de junho, a retirada líquida de recursos já foi de R\$ 6,58 bilhões. O crescimento vertiginoso do dinheiro que circula em bolsa também chama a atenção: o saldo da participação estrangeira em junho é resultado de R\$ 116,6 bilhões em compras de ações e de R\$ 123,1 bilhões em vendas. Pela primeira vez, as negociações mensais de compras ou vendas de papéis com capital externo giraram volume tão elevado: antes de 2018, nenhum mês chegou a movimentar mais de R\$ 100 bilhões.

O número da bolsa considera outras movimentações dos estrangeiros além do pregão diário, como participação em aberturas de capital, mas dá uma boa dimensão de suas movimentações. Segundo o Banco Central (BC), os investimentos estrangeiros em carteira apresentaram uma saída líquida de US\$ 5,443 bilhões em maio e, nas contas parciais até 21 de junho, saída de US\$ 1,418 bilhão.

E esse dinheiro não está migrando para a renda fixa local. Segundo o BC, até o último dia 21, o mercado de renda fixa no país contava com saídas líquidas de US\$ 336 milhões. O Tesouro Nacional vem atuando para tentar conter a instabilidade no mercado e precisou recomprar títulos prefixados de longo prazo para destravar as operações, mesmo com juros altos.

Os riscos domésticos, sobretudo no campo político, impõem um prêmio de risco maior e que vem inibindo o fluxo para esses ativos. Além disso, com o diferencial de juros entre o Brasil e Estados Unidos nas mínimas históricas, a demanda segue bastante reprimida.

Para analistas, todos esses fatores apontam para uma conclusão: existe uma volatilidade grande que afeta os investimentos no Brasil, mas, mais do que isso, a leitura do estrangeiro sobre o país piorou bastante. E isso não apenas porque os emergentes enfrentam uma fase de fragilidade grande, mas também porque, sem saber o que vem pela frente no pleito de outubro, é melhor apostar em quem tem menos riscos a oferecer.

Mesmo em anos em que a preocupação do investidor em termos políticos era bastante elevada, a percepção de risco não chegou aos níveis precificados hoje. Em 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita para a Presidência, a posição dos estrangeiros estava positiva em R\$ 12,2 bilhões na bolsa até o fim do primeiro semestre. Já no acumulado do ano - quando o mundo contava também com uma dinâmica melhor -, o ingresso de capital externo nas ações ficou em R\$ 20,3 bilhões.

Segundo Roberto Rocha, diretor da área de ações do Citi Brasil, as quedas mais intensas da bolsa ampliaram o nível de desconto dos preços. Mesmo assim, uma reversão do fluxo e a renovação do interesse ainda é de difícil previsão.

Rocha foi um dos que mantinha uma posição bastante otimista para a bolsa de valores neste ano e apostava, inclusive, em Petrobras, um dos pivôs do forte ajuste dos investidores depois da greve dos caminhoneiros. Mesmo assim, o diretor não alterou suas projeção para o Ibovespa no fim do ano, atualmente em 95 mil pontos - e aguarda maior avanço da agenda eleitoral para prever cenários. Até agora, a bolsa segue "travada" na região entre 69 mil pontos e 71 mil pontos: ontem, fechou em queda de 1,11%, aos 70.609 pontos.

"Quando saídas dessas proporções na renda variável acontecem, elas representam um saque da classe de ativos, no caso, de todos os emergentes, porque significa tirar o risco da carteira", afirma. "Mas o Brasil ficou numa

situação bastante vulnerável. No começo do ano, éramos um mercado preferido, mas não vejo mais dessa forma."

Para Frederico Sampaio, diretor de investimentos da Franklin Templeton, a posição dos estrangeiros no mercado à vista deve ser relativizada porque, como eles estão comprados no mercado futuro, a posição líquida não é negativa. No mercado futuro, os não residentes estão comprados em quase R\$ 12 bilhões, o que representa um saldo positivo de quase R\$ 3 bilhões, segundo dados da CM Capital Markets compiladas a partir da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Mesmo assim, vale dizer que o mercado futuro não é usado apenas para quem quer apostar a favor da bolsa, mas também por quem quer se proteger. "Agora vivemos escassez de recursos no mundo, migrando para os EUA em meio ao debate sobre a alta de juros por lá", diz Mikail, da Western.

Para economistas, alta do IGP-M no mês atingiu 1,71% **Valor Econômico - 28/06/2018**

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) aumentou 1,71% em junho, de acordo com a média de projeções dos economistas ouvidos pelo Valor Data. Entre as 23 instituições consultadas, as estimativas para o indicador a ser divulgado hoje pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) variam de alta de 1,37% a 1,92%. Para o acumulado em 12 meses, a expectativa média é de aceleração de 6,76%.

Os efeitos da paralisação nas estradas, segundo os economistas, continuam a se refletir nos dados de junho e só deverão ceder nos próximos meses. "Dois fatores combinados ainda pressionam o índice: o desabastecimento provocado pelo movimento grevista nas rodovias e, pelo lado industrial, o dólar, que afeta preços do minério de ferro, dos combustíveis e das roupas, por exemplo", explicou Luiz Fernando Castelli, economista da consultoria GO Associados.

Na leitura fechada de maio, o IGP-M subiu 1,38%. Na segunda prévia de junho, aumentou 1,75%, segundo a FGV. A greve dos caminhoneiros empurrou a inflação aferida na primeira prévia para a maior casa em quase três anos, considerando as verificações nesse intervalo. O índice saltou de 1,12%, na primeira parcial de maio, para 1,50%, em igual período de junho, maior taxa registrada desde outubro de 2015 (1,64%).

"Mas esses efeitos são temporários. É que a questão da tabela dos fretes ainda é sentida por alguns setores. A partir de junho, os preços vão começar a desacelerar e se acomodar. E no segundo trimestre, a inflação deve vir mais baixa, devolvendo essa alta verificada agora", disse Castelli.

Helcio Takeda, economista da Pezco Economics, fez a mesma leitura. Ele ressaltou que três grandes grupos pressionarão o IGP-M: Índice de Preços por Atacado (IPA); Índice Nacional da Construção Civil (INCC); Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

"O IPC basicamente reflete a greve e ainda deverá ser pressionado na próxima divulgação. O IPA sofre o choque da oferta, por conta da paralisação, e do câmbio. E o INCC é pontual, porque deriva do dissídio, o que sempre ocorre nesta época do ano", destacou o economista da Pezco.

Takeda afirmou que, nas leituras da consultoria, o câmbio continuará a pressionar o IPA em função da depreciação do real. "O indicador ainda deverá fechar na casa de 1%. Já os efeitos da greve passarão, essa situação vai se normalizar se não houver novos choques", observa.

Déficit primário em maio foi de R\$ 13,6 bi, dizem analistas

Valor Econômico - 28/06/2018

Pelo quinto ano seguido, o Brasil deve ter registrado um déficit primário no mês de maio. A estimativa média de 11 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data aponta para um resultado do governo central negativo em R\$ 13,6 bilhões (reversão de superávit de R\$ 7,1 bilhões em abril).

Todas as projeções são negativas, variando de R\$ 4 bilhões até R\$ 27,9 bilhões. No acumulado de 12 meses, a estimativa média é de um déficit de R\$ 104,2 bilhões (contra resultado negativo de R\$ 122,1 bilhões em abril). O número oficial será divulgado hoje pelo Tesouro Nacional.

A última vez em que o país registrou superávit primário em maio foi em 2013. Desde então, todos os resultados primários do mês foram negativos. Em maio do ano passado, foram R\$ 30,1 bilhões de déficit.

A consultoria Parallaxis, por exemplo, calcula déficit primário de R\$ 25,5 bilhões. Maio geralmente é um mês em que despesas previdenciárias, encargos sociais e alguns gastos discricionários costumam crescer, segundo Rafael Leão, economista-chefe da consultoria. Soma-se a isso uma arrecadação do mês um pouco mais fraca do que a esperada por Leão: R\$ 106 bilhões, contra R\$ 110 bilhões calculados por ele. "Além disso, pelo menos no meu radar, não há nada de receitas não recorrentes" que poderiam ajudar os cofres do governo, diz o economista.

Eventuais efeitos negativos da paralisação dos caminhoneiros sobre a arrecadação devem aparecer somente em junho ou julho, de acordo com ele.

Por enquanto, levando em conta as medidas fiscais adotadas pelo governo durante a paralisação, ele calcula um déficit primário de R\$ 162 bilhões neste ano, maior do que a meta de R\$ 159 bilhões. "Mas não é nada exagerado", diz, afirmando que, se o resultado realmente caminhar para essa projeção, "algum contingenciamento de despesas pode ser feito". "Mas claro que estruturalmente temos um problema", diz ele, que calcula que o país só voltará a registrar superávits primários em 2021.

Outras instituições vão na mesma direção. A equipe do banco Haitong calcula déficit de R\$ 14 bilhões no mês passado, número que "reforça a necessidade de reformas estruturais". A estimativa do Santander é negativa em R\$ 8,7 bilhões, "apesar de um bom resultado das receitas, principalmente de dividendos de estatais". O banco destaca negativamente em relatório "a vulnerabilidade fiscal e a incerteza sobre como ela será enfrentada" pelo próximo presidente.

Amanhã, é a vez de o Banco Central divulgar o resultado do setor público consolidado, que leva em conta também o desempenho de Estados e municípios. A previsão média é de déficit de R\$ 15,2 bilhões, com resultado também negativo de R\$ 103,8 bilhões no acumulado de 12 meses. Em abril, houve superávit de R\$ 2,9 bilhões e, no acumulado em 12 meses encerrados no mês, déficit de R\$ 118,4 bilhões.

LDO de 2019 pode ter mecanismo de revisão de receitas e despesas Valor Econômico - 28/06/2018

A Comissão de Orçamento trabalha com a possibilidade de incluir no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 dispositivo determinando que no ano que vem o governo tenha que enviar ao Congresso um plano de revisão de receitas e despesas, bem como de incentivos fiscais e creditícios. A proposta de emenda em negociação inclui a necessidade de que eventuais proposições tragam as estimativas de impactos dessas medidas.

A ideia conta com a simpatia do governo, que tem acompanhado as negociações. O relator do PLDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), também dá sinais favoráveis a incorporar, mas disse ao Valor que ainda definirá se incluirá esse dispositivo em seu relatório. A proposta estaria no capítulo que trata da "regra de ouro" das contas públicas, o dispositivo constitucional que determina que o governo não pode emitir dívida para bancar gastos correntes do setor público.

O PLDO de 2019 trouxe um comando definindo que o governo poderá extraordinariamente condicionar parte das despesas à emissão de títulos públicos, após aprovação do Congresso Nacional. O relator da matéria considera que, dada a previsão de déficit na "regra de ouro" (que o governo estima em R\$ 260 bilhões) não basta ter apenas a previsão de que o Orçamento será elaborado considerando esse crédito extraordinário porque o problema continuará existindo.

É nesse contexto que se insere a discussão sobre a revisão de receitas e despesas, incluindo os incentivos fiscais e creditícios dados pelo governo. Beber ressaltou que hoje há R\$ 284 bilhões anuais de gastos tributários, sendo que 75% disso não têm sequer prazo para acabar. "É preciso um estudo criterioso para a gradativa redução desses benefícios", disse. "Estamos dando

um ano sabático para o próximo governo. 2019 será um ano de profunda reflexão para que, nos três anos seguintes, seja possível ter realizações e o país crescer de forma sustentável", afirmou.

O senador também lembrou que o deputado Pedro Paulo (MDB-RJ) tem proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece medidas de ajuste automático em caso de descumprimento da "regra de ouro". Mas esse projeto não pode tramitar neste ano, por conta da intervenção no Rio de Janeiro - a Constituição veda a tramitação de PECs quando há intervenção.

O atual governo tem cada vez mais enfatizado a necessidade de se revisar os incentivos fiscais dados pelo governo. O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, abandonou sua tradicional discrição para defender em entrevista ao Valor - e repetir em outras ocasiões - a redução à metade do atual nível de gasto tributário no Brasil, como um caminho para ajustar as contas públicas e diminuir a desigualdade no sistema tributário brasileiro.

O caminho da reversão de desonerações tributárias, contudo, não é tão fácil de ser trilhado, como ficou claro no processo envolvendo a reoneração da folha de pagamentos, que o governo só conseguiu efetivar recentemente e ainda parcialmente.

De qualquer forma, a situação de elevado déficit primário e na "regra de ouro" demanda que o governo, este e quem vier a sucedê-lo, tome iniciativas para reverter a situação e trazer as contas públicas de volta ao equilíbrio.

Mais um na lista de aumentos

O Globo - 28/06/2018

No dia em que vai votar o projeto de lei que reajusta o salário dos serventuários do Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) pode beneficiar mais uma categoria: foi incluída na pauta de hoje a proposta de um aumento de 5% para os funcionários do Ministério Público. A recomposição salarial não vale para promotores e procuradores. Se aprovada, a lei deve atingir 3.400 servidores do órgão. Assim como aconteceu com o Judiciário, que também reivindica 5%, o texto do MP foi enviado para o Legislativo em 2015 e só foi desengavetado agora, às vésperas do início da campanha eleitoral.

O impacto do reajuste no caixa do governo, segundo cálculos da época em que o projeto foi apresentado, seria de R\$ 16 milhões ao ano. Desde 2014, os servidores do MP não recebem aumento. Mas, no auge da crise, eles e os funcionários do Tribunal de Justiça não sofreram como os atrasos de pagamento, como aconteceu com a maioria dos servidores. Apesar de estar mantendo os salários em dia, o governo se encontra longe de uma situação financeira confortável: registrou uma dívida acumulada (restos a pagar) de R\$ 14,9 bilhões no fim do primeiro quadrimestre deste ano e enfrenta as medidas de arrocho previstas no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), no qual o Rio ingressou para receber ajuda da União.

A possível concessão de um reajuste ao Poder Judiciário provocou, no início da semana, a reação do Ministério da Fazenda: o órgão afirmou que a medida fere o RRF. A maioria dos deputados, entretanto, defende que o projeto é legal, pois se trata de reposição salarial anual, dispositivo previsto na Constituição Federal e uma das exceções listadas num dos artigos do plano de socorro da União. O governador Luiz Fernando Pezão se manifestou contra o aumento para o tribunal. Sobre o projeto do MP, ele informou que vai aguardar a votação do texto.

Especialistas dizem os reajustes podem ferir os princípios da moralidade e da isonomia por beneficiar apenas duas categorias, que sequer foram as mais atingidas durante a crise.

— Esses reajustes violam o Regime de Recuperação Fiscal. Seria um descumprimento que pode levar à rescisão do acordo. Eles traduzem também uma injustiça. Se houvesse uma reposição salarial, ela deveria ser estendida a todos os servidores. Em um momento no qual as contas do governo foram rejeitadas (pelo Tribunal de Contas do Estado) por falta de aplicação na Saúde, me parece que essa decisão é temerária, injusta e viola os princípios da moralidade, da impessoalidade e da eficiência da administração pública — analisa Manoel Peixinho, professor de Direito Administrativo da PUC-Rio.

Sindicalista: perda chega a 25%

Para Flávio Sueth Nunes, presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio (Assemperj) e integrante do Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado (Muspe), a concessão do aumento não fere o acordo federal porque uma das exceções previstas no texto da lei é o pagamento de recomposição salarial:

— A gente entende que isso está até defasado, pois já temos 25% de perda salarial desde 2015. Todo trabalhador brasileiro tem direito à recomposição — defende. — O acordo federal não impede recomposição. Essa é uma narrativa que tem sido construída por setores dos governos federal e estadual e não corresponde à realidade.

Flávio Sueth Nunes diz não ver privilégios na pressão dos servidores do MP:

— Nosso projeto, na verdade, fortalece a luta de todos os servidores.

O professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio Ricardo Ismael acredita que esses dois projetos podem incitar movimentos de outras categorias:

— À medida que você é seletivo, atendendo a pleitos de duas corporações, pode ocorrer uma reação dos demais servidores. Todos, de uma forma ou de outra, vão querer ter uma atenção do estado. E as finanças públicas ainda estão precárias, sem qualquer gordura para queimar, embora seja uma demanda justa dos servidores.

No MP, os vencimentos básicos dos funcionários — exceto promotores e procuradores — variam de R\$ 2.690,69 (técnicos) a R\$ 16.729,47 (analistas). Na lista dos salários brutos de abril deste ano, 227 servidores receberam de R\$ 15 mil a R\$ 19 mil, e 35, acima desse patamar. Cerca de 1.200 ganharam menos de R\$ 4 mil.

De acordo com o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), foram representantes do MP que pediram para o projeto ser votado:

— Se o próprio MP pede para colocar na pauta, eles sabem que têm que estar adequados às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Claro que fazer uma recomposição salarial no meio de uma crise é sempre um risco, mas a Segurança, por exemplo, recebeu um aumento significativo em 2014, que foi escalonado para os anos seguintes.

Procurado, o Ministério Público não se pronunciou sobre o projeto.

Serpro é condenado a pagar R\$ 25 milhões **O Globo - 28/06/2018**

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) terá de fazer um pagamento milionário para ressarcir 53 servidores que ingressaram na Justiça contra a estatal por desvio de função. Este grupo se recusou a fechar um acordo com a empresa. O pagamento milionário foi determinado ontem pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). O montante será de R\$ 25 milhões, segundo o advogado do Serpro, Vantuil Abdala. Neste mês, a empresa já havia fechado uma série de acordos trabalhistas. Somados, todos os processos acertados pela empresa neste período somam R\$ 351 milhões, valor equivalente a 55% do patrimônio líquido da companhia.

No episódio com pagamentos mais vultosos por funcionário, o colunista do GLOBO Ascânio Seleme revelou um acordo em que dez servidores receberiam cerca de R\$ 80 milhões. Há caso em que um único empregado receberia R\$ 25 milhões. Neste processo, que tramita no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio, os funcionários, que foram demitidos em 1989, pedem reintegração. Esses servidores foram desligados em 1989 e reintegrados numa primeira decisão judicial em 1999. Dois empregados deste grupo ficaram de fora do acordo e ainda esperam decisão do Tribunal.

Montante pode ser maior

O processo anunciado ontem, de R\$ 25 milhões para 53 servidores, ocorre uma semana depois de um acordo firmado com 511 empregados que prevê pagamento de R\$ 246 milhões também por desvio de função. O grupo ressarcido ontem não havia aceitado fazer acordo.

O processo definido ontem no TST teve início em 1989. Os trabalhadores reclamavam que foram cedidos para a Receita Federal e queriam equiparação

salarial com a carreira de técnico do Ministério da Fazenda. Eles pediram na Justiça o reconhecimento de desvio funcional e o pagamento das diferenças salariais. A Justiça do Trabalho reconheceu o desvio e condenou o Serpro ao pagamento das diferenças.

Na fase de cálculos do valor da condenação, no entanto, a empresa recorreu ao TST para pedir alterações nos critérios de apuração do montante devido. Ontem, o tribunal decidiu a favor da tese do Serpro e determinou que os pagamentos sejam feitos retroativamente ao período de 1989 a 2000 (quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso editou decreto proibindo o desvio de função). Caso os empregados consigam comprovar que continuaram trabalhando na função do Ministério da Fazenda após o ano de 2000, o valor a ser pago será maior.

Freio nas privatizações

O Globo - 28/06/2018

Em uma decisão que deve ampliar o ambiente de insegurança jurídica para os negócios no país, afetar a competitividade e impactar negativamente as contas públicas, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem liminar determinando que a privatização de estatais só pode ser feita com autorização do Congresso Nacional. A decisão, de caráter provisório, envolve vendas de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias ou controladas. Pego de surpresa, o governo analisa o impacto, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) adiantou que vai recorrer da decisão na Corte.

“A venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário”, destacou Lewandowski, na decisão dada em ação direta de inconstitucionalidade da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, na qual questionam trechos da Lei da Estatais. O ministro disse que “a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas”.

Risco para leilão de distribuidoras

Nos bastidores, integrantes da área econômica criticaram a medida. Na avaliação dessas fontes, o ministro não levou em consideração o impacto na economia, no ambiente de negócios e nas contas públicas. A decisão pode comprometer ainda mais o Orçamento do governo, especialmente para o próximo presidente da República. A transferência de ativos para as mãos do setor privado tem potencial de reforçar os cofres públicos e de aliviar a União, que não tem dinheiro para capitalizar essas empresas. A liminar de Lewandowski será apreciada pelo plenário do STF, que pode referendá-la ou rejeitá-la. Mas isso não tem data para ocorrer. O Supremo entrará de recesso na próxima semana e só retorna em 1º de agosto.

Com exceção de Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa, o governo tinha, até agora, poder para privatizar qualquer empresa pública sem consultar o Congresso. Com a decisão do ministro, qualquer processo de transferência de controle acionário de estatal terá de passar pelo Legislativo. Na década de 1990, quando a lei que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) foi aprovada, o governo privatizou, por exemplo, Vale, CSN, Embraer e distribuidoras de energia como a Light sem consulta prévia ao Congresso.

A decisão do STF deve prejudicar privatizações já anunciadas e que estão nos planos do governo, como as da Casa da Moeda e da Casemg (Companhia de Armazéns de Minas), e venda de participações acionárias da Infraero em aeroportos já concedidos (Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos), companhias Docas e terminais portuários. Apontado como prioridade do governo, o leilão das distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste do país também deve sofrer mais entraves.

A privatização das distribuidoras é apontada como a única saída para evitar a liquidação das empresas, cenário considerado mais grave, com impacto para a Eletrobras de mais de R\$ 20 bilhões. O leilão está marcado para 26 de julho, mas, dentro da Eletrobras, já se admite a possibilidade de adiar a licitação para até setembro, devido às dificuldades para a aprovação de um projeto de lei que solucionaria passivos bilionários das companhias.

As ações da Eletrobras foram afetadas pela decisão. Os papéis preferenciais (sem voto) caíram 5,05%, e os com voto, 4,08%.

Ontem, Lewandowski suspendeu o leilão da Ceal, a distribuidora que opera em Alagoas. O estado alega que tem a receber R\$ 1,7 bilhão da União, em valores atualizados, em razão da desestatização.

O plano de desinvestimentos da Petrobras tende a ser afetado. A empresa tenta vender a transportadora de gás TAG, por exemplo. A alienação desse ativo precisaria de aval do Congresso.

A decisão tem efeito nas esferas federal, estadual e municipal. Lewandowski ressaltou que as regras sobre a competência legislativa no caso de estatais fora do âmbito da União deverão ser debatidas no julgamento do mérito da ação.

justificar a urgência em dar uma liminar, o ministro disse que “vêm sendo noticiadas iniciativas do Governo no sentido de acelerar as privatizações de estatais como estratégia no Programa de Parcerias de Investimentos”, o que poderá causar “prejuízos irreparáveis” ao país. Para Lewandowski, da mesma forma que a Constituição exige “lei específica” para se criar empresa pública, o mesmo requisito deve ser observado nas privatizações.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse que a decisão pode trazer muitas dificuldades para o governo e para a economia e citou os

problemas que o Planalto enfrenta no Congresso para vender as distribuidoras da Eletrobras.

Impacto na competitividade

Para a economista Margarida Gutierrez, da Coppe/UFRJ, a liminar dificulta o ajuste fiscal:

— A privatização tem um impacto direto nas contas públicas porque (o valor ganho) é abatido da dívida líquida. Mas é uma discussão muito maior que a questão fiscal. Tem a ver com o papel do Estado no setor produtivo, na economia como um todo. A liminar engessa a economia, ao limitar ganhos de produtividade e competitividade, o que bate no desempenho fiscal.

Claudio Frischtak, da consultoria Inter B., frisa que a decisão representa um revés para a economia e cria um problema à gestão pública, que tem de lidar com empresas deficitárias e loteadas por partidos.

— A modernização da economia vai sofrer um baque nos próximos anos. Veja o caso da Eletrobras. A empresa só tem capacidade de investimento por mais dois anos. Depois disso, não se sabe como ela vai fazer — diz Frishtak. — Há outras empresas que são dependentes do Tesouro. Privatizá-las significa que os contribuintes vão parar de arcar com o prejuízo delas.

O economista Raul Velloso avalia que a decisão esvazia o Executivo. Para ele, o que deve ser submetido ao Congresso são programas de desestatização com setores prioritários, e não a análise caso a caso:

— É uma desmoralização do Executivo, que já vem perdendo espaço para instituições como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Só ocorre porque é ano eleitoral, com um governo frágil.

Juro do cheque especial recua a 311% **O Globo - 28/06/2018**

Quase dois anos depois de o Banco Central (BC) começar a reduzir os juros básicos da economia, esse movimento finalmente começa a ser percebido nas taxas dos empréstimos. O juro cobrado no cheque especial caiu 9 pontos percentuais em maio, mas o percentual ainda é de 311,9% ao ano. A Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, está hoje em seu menor patamar histórico: 6,5% ao ano.

Enquanto isso, entre os cinco principais bancos, o Itaú cobra 11,54% ao mês, segundo dados mais recentes, do início de junho. De acordo com o BC, o juro do Bradesco está em 11,93% ao mês, e o do Banco do Brasil, em 11,98% mensais. A Caixa cobra 12,39% ao mês, e o Santander, 14,76% mensais.

O BC vinha adotando outras medidas para estimular os bancos a reduzirem suas taxas. Entre elas, novas regras para a cobrança de juros no cartão de

crédito e no cheque especial. As quedas, no entanto, têm sido lentas. No cartão de crédito, os juros cobrados de quem não paga nem o mínimo da fatura recuaram 39,1 pontos percentuais no mês passado, para 346,1% ao ano. Já a taxa de quem conseguiu pagar o valor mínimo caiu menos: 5,1 pontos percentuais, para 243% ao ano. Isso apesar de a autoridade monetária ter determinado que os bancos não podem mais cobrar juros diferentes de quem pagou o mínimo da fatura ou não.

— Essa redução parece vir da medida adotada — afirmou o chefe do Departamento Econômico do BC, Fernando Rocha. ‘SPREAD’ CAI APENAS 1,6 PONTO Segundo os dados do BC, em maio os juros cobrados das famílias foram, em média, de 21,4% ao ano. O valor representa uma queda de 1,3 ponto percentual em relação ao mês anterior. Trata-se do menor patamar desde setembro de 2014.

Apesar do ritmo lento, a queda nas taxas foi generalizada. A do crédito pessoal, por exemplo, diminuiu 10,2 pontos percentuais no mês passado, para 114,7% ao ano — o menor patamar desde dezembro. Os bancos reduziram ainda o spread (diferença entre o custo de captação dos recursos para as instituições e quanto elas cobram do cliente). Para pessoas físicas, o spread médio dos empréstimos caiu de 26,7 para 25,1 pontos percentuais. Ou seja, diminuiu 1,6 ponto percentual.

MP da renegociação das dívidas rurais pode cair

Correio Braziliense - 28/06/2018

Se depender do presidente do Congresso, Eunício Oliveira (MDB-CE), ainda há esperança de a medida provisória (MP) editada pelo presidente Michel Temer para diminuir a abrangência das renegociações de dívidas rurais ser alterada. O senador disse que pretende estudar melhor o projeto e analisar qual será o encaminhamento que deverá ser dado ao texto.

No caso de a MP, publicada na última segunda-feira, ser devolvida sem a análise e a votação pelos parlamentares, perderá a validade após quatro meses. No seu texto, o governo tenta limitar os descontos para as dívidas rurais, que poderiam gerar um impacto no orçamento da ordem de R\$ 17 bilhões.

No início do ano, o programa de renegociação das dívidas foi aprovado pelo Congresso de modo a permitir que os produtores rurais pudessem renegociar as dívidas para quitá-las com os bancos públicos. Em abril, Temer decidiu vetar alguns dispositivos do projeto, mas todos eles foram derrubados por uma falha do governo, o que fez com que fosse mantido o texto original do projeto.

Na edição da MP no início da semana, o governo definiu limites para a renegociação das dívidas, incluindo apenas os pequenos agricultores do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) do Norte e Nordeste. Agora, O presidente do Congresso promete analisar o texto com calma para

tomar uma decisão – entre as possibilidades, a devolução da MP para o governo, o que criaria um problema bilionário para o Ministério da Fazenda.

TST mantém indenização **Correio Braziliense - 28/06/2018**

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu ontem manter os valores pagos aos servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que trabalharam em desvio de função na Receita Federal limitados ao ano de 2000 e não até 2014, como pleiteado em ação trabalhista. A ministra-relatora Maria de Assis Calsing determinou que o processo retorne para a primeira instância e, caso os servidores queiram discutir valores além do ano de 2000, terão de provar que continuaram em desvio de função depois que o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto 3711/2000, regularizando a situação.

Impasse

O impasse é remanescente de acordo firmado em uma reclamação trabalhista ajuizada por 564 empregados do Serpro à disposição da Receita Federal em São Paulo. No processo, os funcionários pediram o reconhecimento do desvio de função e a equiparação salarial com o cargo de técnico do Tesouro Nacional (TTN). O acordo foi fechado com 511 reclamantes e o valor total negociado — referente às diferenças salariais até o ano de 2000 — atingiu o montante de R\$ 246 milhões.

No entanto, 53 funcionários decidiram não aceitar o acordo, porque alegam terem ficado cedidos até 2014.

Caem juros do cartão **Correio Braziliense - 28/06/2018**

Apesar de ainda estarem em patamares muito elevados, os juros do cartão de crédito rotativo regular caíram pelo segundo mês consecutivo e chegaram a 243% em maio, conforme dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). A queda em relação a abril totalizou 5,1 pontos percentuais. Já a taxa do crédito parcelado recuou pra 165,5%.

Para quem não paga nem o valor mínimo da fatura do cartão e cai no rotativo não regular, a taxa diminuiu para 346,1%, uma redução de 39,1 pontos percentuais na mesma base de comparação. A queda nos juros do cartão ocorreu mesmo com a elevação da inadimplência dos clientes. No caso do rotativo, a parcela das dívidas com atraso superior a 90 dias cresceu de 33,7% para 34,8%. No parcelado, a inadimplência subiu de 1,9% para 2%. Já a taxa do cheque especial caiu de 321% em abril para 311,9% em maio. O nível de calotes nessa modalidade recuou de 13,3% para 13,0%.

A economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Marzola Zara, destacou que, mesmo com as elevações pontuais na inadimplência, a carteira de recursos livres está com uma taxa de 5% de atrasos acima de 90 dias, na mínima histórica. Para ela, isso pode indicar que os próximos meses tendem a ser melhores para o mercado de crédito. “É um bom sinal para a retomada das concessões a juros mais baixos, reforçando nossa percepção de melhora do mercado de crédito à pessoa física”, comentou.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, explicou que a queda de juros ocorreu em diversas modalidades de crédito. Além disso, ele disse que os bancos podem ter antecipado movimentos esperados para os próximos meses em consequência de regulamentações definidas anteriormente.

Mudanças

A partir de 1º de julho, os bancos oferecerão aos clientes uma linha de crédito alternativa ao cheque especial para os clientes que usarem mais de 15% da linha de financiamento durante 30 dias consecutivos. O valor mínimo para parcelamento será de R\$ 200. A medida foi tomada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) por meio de autorregulamentação. No caso do cartão de crédito, o Conselho Monetário Nacional (CMN) acabou com a diferenciação de taxas no rotativo.

Rocha admitiu que o processo de queda de juros não acontece na magnitude e intensidade esperada, mas observou que o processo é contínuo. “Essas taxas não cairão por um ato do Poder Executivo, mas com o processo de estabilização da economia, inflação e taxa básica de juros (Selic) menores e mais concorrência. Esse processo é gradual, mas já está acontecendo”, afirmou.

IBGE: número de empresas cai 1,3% de 2015 para 2016 DCI - 28/06/2018

O número de empresas ativas no país em 31 de dezembro de 2016 chegou a 5,05 milhões, 1,3% a menos do que em igual período do ano anterior (5,11 milhões). Já o total de pessoal ocupado nessas empresas caiu 4% nesse mesmo tipo de comparação, ao passar de 53,54 milhões em 2015 para 51,41 milhões em 2016. O pessoal assalariado caiu 4,4%, de 46,56 milhões para 44,52 milhões, conforme dados divulgados pelo IBGE.

Juro do rotativo recua 25 pontos e cheque especial é o mais caro DCI - 28/06/2018

O juro médio total cobrado no rotativo do cartão de crédito caiu 25 pontos percentuais de abril para maio, informou ontem o Banco Central. Com isso, a taxa passou de 328 6% em abril para 303,6% ao ano em maio. O juro do

cheque especial também caiu, mas menos do que o do cartão. Agora, o cheque especial passou a compor o maior juro do sistema financeiro: 311,9% ao ano. Com a queda do rotativo, a operação do cartão deixou de ser a taxa mais elevada entre as avaliadas pelo BC. Isso aconteceu porque o cheque especial recuou com menos intensidade, e passou de 321% para 311,9% ao ano entre abril e maio. Um ano antes, a taxa estava em 325,1% e do rotativo geral, em 380%.

Dentro do juro do rotativo do cartão, a taxa da modalidade “rotativo regular” caiu de 248,1% para 243,0% ao ano de abril para maio. Neste caso, são consideradas as operações com rotativo em que há o pagamento mínimo. Já a taxa de juros do “rotativo não regular”, que inclui operações nas quais o pagamento mínimo não foi realizado, recuou de 385,2% para 346,1% ao ano. No caso do pagamento parcelado no cartão, o juro recuou de 171,9% para 165,5% ao ano. Considerando o juro total do cartão, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 73,1% para 67,3% em maio. A queda do juro do cartão ocorreu após a adoção das novas regras dessa operação. Em abril de 2017, começou a valer a nova regra que obriga bancos a transferir, após um mês, a dívida do rotativo do cartão para o parcelado, a juros mais baixos.

STF proíbe venda do controle acionário de empresas públicas

Canal Energia - 28/06/2018

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, concedeu nesta quinta-feira, 27 de junho, uma liminar impedindo que o governo venda, sem autorização do Legislativo, o controle acionário de empresas públicas de economia mista, como é o caso de Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil, por exemplo.

A decisão também inclui empresas subsidiárias e controladas das estatais e abrange ainda as esferas estadual e municipal da administração pública. Com isso, na prática, ficam suspensas as privatizações de estatais de capital aberto no país.

Empresas públicas de economia mista têm capital aberto, podendo vender ações na bolsa de valores. A administração pública, no entanto, fica com mais de 50% de participação, mantendo assim o controle acionário e a gestão da empresa.

Lewandowski proferiu a decisão ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) aberta em novembro de 2011 pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenaee) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/Cut), questionando dispositivo da Lei das Estatais (13.303/2016).

Para o ministro, “a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário”. Na decisão, Lewandowski disse ter interpretado, conforme a Constituição, o Artigo 29 da Lei das Estatais, que prevê dispensa de licitação para a venda de ações de empresas públicas.

Ele determinou que a dispensa de licitação só deve ocorrer no caso de venda de ações que não implique na perda de controle acionário.

Lewandowski mencionou “uma crescente vaga de desestatizações que vem tomando corpos em todos os níveis da Federação” para justificar a urgência da medida. Para o ministro, se privatizações forem efetivadas “sem a estrita observância do que dispõe a Constituição”, isso resultará em “prejuízos irreparáveis ao país”.

Outras duas ADI’s, abertas pelo PCdoB e pelo estado de Minas Gerais, também questionam dispositivas da lei e estão sendo julgadas em conjunto por Lewandowski. A decisão é válida até que o mérito das ações seja julgado em plenário pelo STF.

STF julga hoje 19 ações contra a contribuição sindical voluntária

Valor Econômico - 28/06/2018

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julga hoje, de forma conjunta, 19 ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) que questionam o fim da contribuição sindical obrigatória, instituída pela reforma trabalhista - Lei nº 13.467, de 2017. A norma, que entrou em vigor em novembro, estabelece que o pagamento aos sindicatos, referente a um dia de trabalho e recolhido a cada mês de março, deve ser opcional.

A nova regra motivou diversas entidades, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo (Conttmaf), a questionar na Corte a validade desse dispositivo.

A decisão do Supremo servirá de baliza para processos semelhantes que tramitam em instâncias inferiores. De acordo com levantamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ações sobre a contribuição sindical praticamente triplicaram nos tribunais: foram 15,5 mil nos últimos seis meses.

O relator é o ministro Edson Fachin. Ele já afirmou que, se porventura essas ações não sejam julgadas hoje (antes, o STF retoma um julgamento sobre a demarcação territorial do mar de Santa Catarina), ele vai se posicionar por meio de uma liminar.

Antes da reforma trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) previa que o pagamento fosse compulsório entre todos os trabalhadores,

independentemente de vinculação ao sindicato da categoria. Ontem, a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a nova regra, em parecer enviado a todos os ministros do Supremo.

No documento, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, rebateu o argumento da Conttmaff de que a exigência da contribuição sindical é resguardada pelo Código Tributário Nacional (CTN). "Ainda que a compulsoriedade da contribuição sindical se ancorasse em norma do CTN, ela teria natureza de norma ordinária, tendo em vista que a Constituição não exige lei complementar para instituição e extinção de contribuição de interesse de categorias profissionais e econômicas", afirmou.

Assim como a PGR, manifestaram-se pela improcedência do pedido a Advocacia-Geral da União - que representa o presidente Michel Temer na Justiça - a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. "Tornar o imposto sindical facultativo terá como consequência sindicatos mais fortes, mais representativos, o fim dos sindicatos de fachada. Os sindicatos terão de mostrar serviço para que atraiam novos filiados, ganhando com isso os próprios trabalhadores", argumentou o Senado, em seu parecer.

Nas Adins, os sindicatos alegam que a lei prevê aos trabalhadores carentes o direito de serem assistidos pelo sindicato. "Com o corte abrupto da contribuição sindical, as entidades não terão recursos para assistir os não associados", argumenta a Conttmaf.

As leis da inércia

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

José Serra

Neste ano de escolhas eleitorais, não percamos mais tempo com termômetros. É hora de curar o doente.

“É fácil fazer leis, mas difícil governar”

Guerra e Paz Tolstoi, em

Uma curiosa contradição marca nossas dificuldades fiscais: à medida que crescem o déficit e a dívida pública, aumenta o estoque de normas que, idealmente, deveriam facilitar o controle tanto do déficit quanto da dívida. Somos pródigos na edição de regras de controle fiscal. Mas elas são inconsistentes.

Aproveitando o clima de Copa do Mundo, lembro que no ranking da OCDE nossas normas fiscais foram consideradas das mais incoerentes. Um certame no qual seria preferível termos sido eliminados.

Na Constituição, temos: 1) a regra de ouro, que interdita o financiamento de gastos correntes (principalmente salários, custeio e juros) por meio de

endividamento; 2) o teto de gastos, que impede o aumento dos gastos públicos federais acima da inflação; e, finalmente, 3) o artigo 195, § 5.º, que veda a criação ou expansão de benefícios da seguridade social sem que se apontem as fontes de custeio.

Em termos de leis complementares, muitas delas derivadas de comandos gerais da Constituição, temos os principais dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): 1) impedimento à criação de despesas continuadas sem previsão de receita ou corte de despesa; 2) a vedação à constituição de renúncia de receita sem compensação; e 3) a limitação dos gastos de pessoal com porcentual da receita. Temos ainda as regras constantes de leis ordinárias ou resoluções do Senado: 1) limite de déficit primário (receitas menos despesas sem considerar a rolagem da dívida e os juros); 2) limites das dívidas de Estados e municípios como proporção da receita; e, finalmente, 3) limites anuais de contratação de operações de crédito interno e externo, bem como eventuais garantias da União dadas nessas operações.

A extensa lista criaria um escudo de responsabilidade fiscal à prova de bala de canhão. Mas não é isso que se verifica. Por que esses dispositivos terminam sendo inócuos? Por que continuam a aumentar os déficits e as dívidas?

A primeira causa, e talvez a mais importante, é a existência de regras – implícitas ou explícitas – de expansão de gastos constantes da própria Constituição, uma contradição evidente. Entre as explícitas, as mais importantes são as vinculações de gastos à receita, como no caso das despesas com educação e saúde nos Estados e municípios.

Mas há também as vinculações implícitas. Boa parte da despesa corrente corresponde ao pagamento de salários. O custo da expansão de serviços públicos não se limita ao período orçamentário em que ela tenha sido autorizada, mas se prolonga no tempo pelo menos até o fim do período de aposentadoria dos servidores contratados. É interessante observar que os freios legais, na melhor das hipóteses, limitariam essa expansão apenas nos três exercícios subsequentes. Ainda assim, as limitações tomam como custo os valores de contratação. As progressões funcionais e salariais, entretanto, não respeitam tais limites, pois têm dinâmica própria. A regra de controle trienal presente na LRF, portanto, tornou-se ineficaz.

A segunda razão é que as regras fiscais são dribladas por interpretações “criativas” ou são regulamentadas de maneira incompatível com sua finalidade essencial.

Nada é mais ilustrativo do quesito criatividade do que a exclusão do custo da folha de pagamento dos gastos com aposentados e das chamadas “despesas de exercícios anteriores”, para fins de observação do limite de despesas de pessoal determinado na LRF. É estranho que o custo previdenciário seja desconsiderado, quando se sabe que as despesas com aposentados chegam, em alguns casos, a ser superiores às despesas com ativos. E isso só tende a

se agravar. Igualmente, os pagamentos de “atrasados” são retirados do cálculo. Não por acaso, vários Estados incapazes de pagar em dia continuam enquadrados nos limites da LRF.

Quanto à regulamentação incompatível com a finalidade da regra, o exemplo cardinal são as regras infraconstitucionais que disciplinam a regra de ouro. O objetivo essencial dessa norma é impedir que gastos correntes sejam financiados por dívida. Novas operações de crédito deveriam limitar-se ao volume do investimento público. Mas no Brasil, tal como regulamentada, a regra de ouro abre espaço para que a despesa corrente seja financiada por endividamento novo e, pior, abre espaço para distorções adicionais. E, incrível, quanto maior a inflação, mais fácil de cumprir a regra. A correção monetária da dívida permite expansão dos gastos correntes em cenários inflacionários. A regulamentação castiga gestores econômicos que, como os atuais, reduzam a inflação!

Além disso, desvalorizações cambiais ajudam no cumprimento da regra. Com as reservas em torno de US\$ 400 bilhões, cada centavo de desvalorização do real transfere para o governo uma “receita” de R\$ 4 bilhões. Uma desvalorização de R\$ 0,50 equivale a uma receita para o Tesouro de R\$ 200 bilhões. Dá e sobra para fazer tábula rasa da regra de ouro.

Assim, nosso copioso arcabouço de normais fiscais, dada a sua incoerência, acaba produzindo um efeito de acomodação, contrário ao pretendido. Um exemplo é o da mais recente norma introduzida: o teto de gastos. Para aprová-lo foi feito um esforço político sem precedentes. Durante seis meses foi o grande tema de negociação no Congresso. Enquanto isso, a reforma da Previdência, que poderia de fato contribuir para o reequilíbrio fiscal, atacando diretamente o crescimento da despesa, ficava na fila. Depois, por uma circunstância infeliz, a reforma acabou se tornando inviável neste final de mandato.

Neste ano de escolhas eleitorais, é hora de sair da paralisia. Temos de atacar a rigidez dos gastos, que crescem inercialmente. É preciso atacar diretamente as despesas que não caibam no Orçamento. Não percamos mais tempo com termômetros. É hora de curar o doente.

Neste ano de escolhas eleitorais, é hora de sair da paralisia e de curar o doente

O emprego após a recessão

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

José Pastore

Com base na matriz produtiva dos anos 90, um crescimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) gerava cerca de 1,5 milhão de empregos formais no Brasil. Entretanto, essa matriz parece ter sido superada pela adoção de novas

tecnologias na produção e na gestão dos negócios, o que afeta a capacidade de gerar empregos, pelo menos, no curto prazo.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) identificou 10 setores industriais que, mesmo durante a recessão, começaram a fazer expressivos avanços no uso de robôs, inteligência artificial, big data, blockchain, impressão 3D, drones e outras inovações que utilizam menos mão de obra.

A Whirlpool (eletrodomésticos), por exemplo, adotou mais de 700 inovações para aumentar a produtividade, usando menos empregados. A GE-Celma aderiu aos processos de impressão 3D, big data e realidade aumentada na manutenção de turbinas de aviões, dispensando empregos de terceirizados. A Marcopolo reduziu o tempo de montagem dos ônibus ao utilizar ferramentas para controle de estoques e melhoria da logística.

No setor de tecidos e confecções, avançaram os processos automáticos de corte e de costura assim como as ferramentas que permitem lançamentos em curto tempo de novos modelos. No comércio, as vendas por meio do e-commerce aumentaram 7% ao ano (em média) na última década. Em 2017, as compras realizadas por meio de mensagens de telefones celulares aumentaram 36% enquanto muitas lojas físicas fecharam e dispensaram seus empregados. Hoje há 2 milhões de metros quadrados ociosos nos shopping centers brasileiros.

Nos call centers, que empregavam verdadeiros exércitos de telefonistas, a voz humana está cada vez mais sendo substituída pela voz digital, criada e acionada pela inteligência artificial. Os chatbots (robôs que conversam com seres humanos) oferecem produtos e serviços e prestam informações personalizadas.

No agronegócio, as tecnologias embarcadas permitiram o trabalho das máquinas sem operadores e o controle do gado e demais animais por meio de sensores e chips, dispensando o trabalho humano.

O setor financeiro é líder na adoção das mais avançadas tecnologias. Os bancos têm investido intensamente em sistemas analíticos para otimizar vendas e captação de novos clientes. Grande parte das operações administrativas já foi automatizada, dispensando boa parte do trabalho humano.

Outras áreas de grandes avanços são a da administração, pesquisa, saúde, segurança e entretenimento. E os casos aqui citados são apenas um microcosmo das mudanças em andamento.

O nexos entre tecnologia e emprego é muito complexo. Ao mesmo tempo que as inovações destroem empregos elas geram trabalho em outros setores. Ainda, nesse processo há dois desafios: timing e matching. Quanto ao timing, a dispensa de empregados é rápida e a realocação é lenta. Quanto ao matching, raramente os que perdem o emprego têm as qualificações para

aproveitar as novas oportunidades de trabalho. Nos dois casos, o desemprego se prolonga no tempo.

Tudo indica que, pelo menos no curto prazo, o crescimento do PIB nos moldes do passado será insuficiente para incorporar os 13 milhões de brasileiros desempregados. O Brasil terá de encontrar formas de facilitar a adaptação dos trabalhadores às novas condições de trabalho. O desafio é gigantesco. Isso vai exigir um grande esforço das empresas, das escolas e do governo. Não há como enfrentar as tecnologias do século 21 com a mentalidade do século 20 e as instituições do século 19 nos campos da educação, do trabalho, da previdência e da regulação dos negócios.

Não há como enfrentar as tecnologias do século 21 com a mentalidade do século 20.

O papel da elite

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

Zeina Latif

A elite tem papel central na construção da agenda econômica dos países. Para o bem e para o mal. Há cerca de 200 anos o tráfico de escravos foi proibido na Inglaterra, devido a uma iniciativa de grupos religiosos – algo negligenciado nos livros escolares. A mobilização começou no final do século XVIII por uma aliança entre protestantes evangélicos e Quakers, que fundaram uma coalizão abolicionista.

O movimento ganhou adeptos, inclusive as mulheres, que não tinham direito ao voto e cujas manifestações públicas eram reprimidas. Enquanto isso, pensadores iluministas criticavam as violações de direitos do homem. Conforme se difundiram na sociedade as informações sobre os maus-tratos aos escravos, cresceu o apoio popular ao movimento, que foi liderado por William Wilberforce. Uma bela história.

A Venezuela nos anos 1950-70 prosperou graças à exploração do petróleo. O pacto de governabilidade ou de elites, na democratização em 1958, proporcionou estabilidade política ao país por 25 anos.

O pacto, no entanto, se provou pouco democrático. Dois partidos dividiam o poder, bem como a receita do petróleo, enquanto bloqueavam outsiders, em meio à corrupção crescente. O país abdicou de algo essencial no jogo democrático: a concorrência na política. Como resultado, a agenda econômica sucumbe.

A crise da dívida da década de 1980 na América Latina pôs fim à estabilidade política. Apesar de o país ainda sustentar em 1998 – quando Hugo Chavez vence a eleição – o segundo maior PIB per capita do continente, dois terços da população viviam na pobreza.

O populismo de Chávez ocupou o vazio produzido pela elite, em meio a uma sociedade que clamava por renovação. A elite emigrou, agravando o caos político e econômico. Empobrecida, a Venezuela terminou vítima de grupos organizados que passaram a controlar o aparelho de Estado, expropriando a população dos contrapesos institucionais essenciais em uma democracia.

A Venezuela é caso clássico de “maldição do petróleo”. Mesmo com os alertas, faltou visão da elite no uso sábio dos recursos do petróleo e no fortalecimento de instituições. Erro que foi evitado pelo Chile, beneficiado com reservas de cobre, e por Botsuana, com suas minas de diamante. O primeiro tem PIB per capita de US\$ 25,7 mil (pelo conceito de paridade do poder de compra) e o segundo, US\$ 18,8 mil; já o Brasil tem US\$ 16,2 mil, segundo o FMI.

O Brasil não é a Venezuela, mas guarda algumas semelhanças.

O País não soube administrar os ganhos do ciclo de commodities. Na bonança, não só adiamos reformas estruturais, como queimamos recursos públicos em investimentos fracassados em meio a retrocessos institucionais durante os anos populistas de Lula e Dilma. Tudo isso com o apoio de muitos grupos que se beneficiaram das benesses distribuídas e da omissão de instituições democráticas.

A crise demanda reformas urgentes. No entanto, a elite organizada em grupos de interesse resiste. A defesa de reformas é apenas para os outros.

A elite do funcionalismo, que compõe o 1% mais rico do País, bloqueia a agenda de reforma da Previdência e o fim dos penduricalhos do Judiciário, apesar da grave crise fiscal que ameaça a estabilidade econômica do País.

Segmentos do setor produtivo, com representação desproporcional no Congresso, não perdem a oportunidade de pressionar um governo fraco em final de mandato por mais benefícios.

Muitas pessoas da elite – que se aposentam por tempo de contribuição – condenam a introdução de idade mínima para aposentar, alheias ao fato de que os mais pobres só têm direito a aposentadoria aos 60 ou 65 anos.

Depois reclamamos dos políticos. A culpa das nossas mazelas não está apenas em Brasília.

O dinheiro acabou e a sociedade não aceita a volta da inflação ou o aumento de impostos. As reformas são inevitáveis. Entre o avanço e a paralisia, de que lado estará a elite?

A crise demanda reformas. No entanto, a elite organizada em grupos de interesse resiste

Ciro e a aposentadoria

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

Celso Ming

Meio a sacarrolhas os pré-candidatos à Presidência da República vêm admitindo a necessidade de fazer uma radical reforma da Previdência Social.

Isso não deixa de ser avanço na medida em que alguns partidos situados à esquerda do leque ideológico vinham se recusando a admitir a hipótese de reforma da Previdência. Alguns deles negam até mesmo a existência de um rombo, sob a alegação de que é preciso cobrar as contribuições em atraso, como se isso fosse possível e como se isso cobrisse o déficit que se aproxima dos R\$ 300 bilhões em 12 meses.

Na verdade, o atual sistema de repartição não tem salvação. A queda da natalidade, o forte aumento da expectativa de vida e a metamorfose do emprego, que está dispensando mão de obra, o estão asfixiando.

O pré-candidato do PDT, Ciro Gomes, é o que até agora apresentou o plano mais pormenorizado de reforma da Previdência, embora falte definição de pontos essenciais.

Ele sugere um sistema misto baseado em três pilares. O primeiro deles é um programa de renda mínima, que poderia ser de dois salários mínimos mensais, para quem não contribuiu para o INSS. O segundo consistiria na manutenção do atual sistema para quem ganhasse de dois salários mínimos até uma faixa ainda a ser estipulada.

E o terceiro pilar adotaria o sistema de capitalização. O trabalhador abriria uma conta para a qual contribuiria com determinada porcentagem do seu salário e para a qual possivelmente também iria a contribuição da empresa que o tivesse contratado. A aposentadoria se basearia no saldo dessa sua conta, engordado pelo rendimento obtido em aplicações financeiras.

Esse terceiro pilar é o mais polêmico, não só porque envolve complicada engenharia de transição, mas também porque está sujeito às flutuações do mercado financeiro. (Veja, no Entenda, as diferenças entre o atual sistema de contribuição e o de capitalização.)

O sistema de capitalização que corresponde ao terceiro pilar apresenta duas vantagens. Primeira, ajuda a desenvolver o mercado interno de capitais no qual as contribuições seriam aplicadas. E, segunda, é à prova de rombo, na medida em que a aposentadoria se baseará apenas no que estiver na conta.

Mas não está isento de problemas. Como no atual sistema as aposentadorias são pagas pelas contribuições dos trabalhadores da ativa, quando entrar em vigor esse terceiro pilar, será preciso prever quem continuará pagando as

aposentadorias de quem já estiver aposentado pelo sistema antigo. Se essa faixa tiver de contar com despesas do Tesouro, será preciso garantir ou o aumento da carga tributária ou a emissão de títulos de dívida pública, condições hoje inviáveis. Também será preciso prever como ficará a situação de quem já tem tempo de contribuição pelo regime atual e passar a contribuir pelo sistema de capitalização.

O Chile adotou o regime de capitalização em 1980, durante o governo de Augusto Pinochet. Embora não dê para dizer que tenha fracassado, o fato é que o sistema traz enormes problemas práticos. Basta dizer que vem pagando aposentadorias médias correspondentes a apenas 15% dos últimos salários. O aumento da expectativa de vida e a queda do rendimento do sistema financeiro só tendem a reduzir ainda mais essa renda. O pré-candidato Ciro Gomes precisa explicar melhor o que pretende.

Fronteira será segura quando América Central também for O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

Joe Biden

Quando o presidente Donald Trump assinou decreto pondo um fim à separação de crianças de suas famílias na fronteira, a crise na América Central não chegou ao fim. O momento exige um novo foco no caso do chamado Triângulo Norte da América Central – formado por El Salvador, Guatemala e Honduras, que juntos constituem a fonte avassaladora de imigrantes que atravessam a fronteira ao sul dos EUA. Se não forem resolvidas as causas dessa imigração, qualquer solução concentrada apenas na proteção das fronteiras e na aplicação das leis de imigração será insuficiente.

Em 2014, o presidente Barack Obama pediu-me para encontrar uma resposta internacional para o fluxo enorme de imigrantes chegando aos EUA, que no final resultou na entrada de 68 mil crianças da América Central desacompanhadas. Naquela ocasião, me reuni com líderes centro-americanos na Guatemala para traçarmos um plano para reduzir a imigração e também para deixar claro que a imigração ilegal era arriscada, perigosa e não havia nenhuma possibilidade de as pessoas conseguirem o status de imigrante legal ou obter cidadania nos EUA.

E logo ficou evidente que essa imigração da América Central não seria resolvida simplesmente com a aplicação de medidas mais duras na fronteira, muito menos a construção de um muro. Pelo contrário, precisamos atacar as causas da imigração: o crime, a violência, a corrupção e a falta de oportunidades. O custo de investir numa América Central segura e próspera era modesto comparado com o de permitir que a violência e a pobreza tomem conta da região.

Após intensas negociações entre o governo Obama e os presidentes do Triângulo Norte, o Congresso liberou US\$ 750 milhões em 2016 para financiar os esforços para mudanças profundas e duradouras na América Central. Como os governos centro-americanos são considerados – e com boas razões – corruptos, ineptos e incapazes de oferecer serviços básicos a seus cidadãos, apoiei o Congresso quando este decidiu ligar esse pacote de ajuda a medidas concretas por parte dos governos regionais para expurgar sua polícia, aumentar a arrecadação de impostos, combater a corrupção e criar as oportunidades necessárias para convencer os futuros imigrantes a permanecer em seus países.

No final do governo Obama, começamos a ver resultados. A taxa de assassinatos em Honduras caiu em um terço desde seu pico em 2011. A Guatemala melhorou sua arrecadação fiscal e adotou medidas contra a corrupção, renovando uma comissão anticorrupção apoiada pelos EUA até 2019. El Salvador atacou de maneira agressiva as redes financeiras de organizações criminosas transnacionais.

Ao mesmo tempo, a cooperação no campo energético ampliou o acesso à energia elétrica em países como Honduras, onde 12% da população ainda vive sem eletricidade.

Trump assumiu o governo determinado a cortar a ajuda para a América Central, mas o conseguiu somente em parte diante da reação negativa de membros engajados do Congresso, de ambos os partidos. Mas a ajuda americana diminuiu quase 20%, de US\$ 750 milhões em 2016 para US\$ 615 milhões este ano. Depois de uma conferência promissora sobre segurança e prosperidade na América Central em junho de 2017, da qual participou o vice-presidente Mike Pence, os três presidentes do Triângulo Norte não se reuniram com algum membro da alta cúpula do governo dos EUA.

Felizmente ainda há tempo para estabelecermos uma política com base na que foi adotada na última grande crise migratória em 2014 – uma política cujo enfoque tenha por modelo o Plano Colômbia. Quando o vice-presidente Mike Pence viajar esta semana para a Guatemala, deveria ter um mandato para retomar os intensos esforços diplomáticos e de ajuda que deram nascimento à Aliança para a Prosperidade. Nós podemos intensificar a segurança nas fronteiras e tratar os imigrantes que chegam da América Central com dignidade e decência, não com crueldade e indiferença. Mas o enorme desejo deles de fugir de seus países e arriscar tudo para entrar nos EUA mostra que seus governos ainda falham com eles.

Caixa sonda bancos por corretora de seguro própria

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

Coluna do Broadcast

A Caixa Seguridade, holding que concentra os negócios de seguros do banco público, solicitou a bancos de investimento sugestões (RFP, na sigla em inglês) para estruturar a sua própria corretora de seguros. A consulta ocorre em meio à renegociação do contrato com a sócia francesa CNP Assurances. O objetivo da Caixa Seguridade é replicar o modelo do Banco do Brasil, que detém, por meio da BB Seguridade, 100% da sua corretora. Hoje, quem responde pela distribuição de seguros da Caixa é a Wiz Corretora. No entanto, com sua participação de apenas 12% na Wiz, além de não deter o controle da empresa, o banco tem de dividir os ganhos com os sócios. » Sinal. Em sua última divulgação de resultados, a Caixa Seguridade informou que negociava com a Wiz – conversas estas que estariam perto do fim – um acordo para permitir a sua permanência no balcão de seguros do banco até 2021. Daí para frente, a instituição vai abrir uma concorrência para selecionar um parceiro para tal. Pode ser a Wiz ou não. A ideia é que a corretora própria da Caixa atue de forma passiva, ou seja, nos ramos em que não é necessária uma venda ativa, como, por exemplo, no seguro habitacional, associado ao crédito imobiliário. O parceiro fica com o restante das áreas. Procurados, a seguradora da Caixa e o banco não comentaram. » Econômica. A operadora de telefonia Oi gastou menos com sua conta de luz nos últimos meses. O consumo de energia referente à iluminação caiu pela metade em 57 prédios no Rio de Janeiro e no Ceará, após a conclusão de um projeto de eficiência energética e modernização, sob os cuidados da Enel X, do Grupo Enel. Foram trocadas cerca de 62 mil lâmpadas por outras com tecnologia LED, o que permitiu uma economia de energia de aproximadamente 432 MWh/ano, 56,5% menos de consumo, equivalente a uma redução de R\$ 260 mil mensais.

» Fatia. O pagamento de 30% dos US\$ 325 milhões em bônus da Andrade Gutierrez, que estão vencidos há dois meses, tem sido considerado como possibilidade para resolver essa pendência. Já os 70% restantes seriam honrados por meio da emissão de novos bônus com vencimento em três anos. Após a desistência da gestora norte-americana Pimco de organizar uma operação de empréstimo para a Andrade, a Ashmore, maior credora dos bônus, tem buscado alternativas para evitar a efetivação do calote, o que forçaria a reestruturação dessa e de outras dívidas da companhia. Uma das preocupações da Ashmore é uma eventual disputa com os bancos credores na reestruturação dessa dívida.

» Verde-amarelo. O fundo de pensão canadense CDPQ, que detém 298 bilhões de dólares canadenses sob gestão, está mapeando o Brasil para decidir onde investirá. A gestora acaba de contratar por aqui Denis Jungerman, que atuou no fundo de private equity TPG Capital. Além dele, chegou à gestora Jean-Pierre Cedroni, ex-Bradesco, UBS e HSBC. O fundo tem como meta sua expansão internacional.

» Novatas. O Fundo BR Startups está fazendo uma nova seleção para investir em empresas iniciantes. Com apoio de pesos pesados como Microsoft, Monsanto, Grupo Algar e BB Seguros, garimpa novatas até o dia 2 de julho nas áreas de agro, finanças, seguros, educação e saúde, além de plataformas de serviços para pequenas e microempresas.

» Opção. A companhia de fidelidade Livel e a CVC fecharam uma parceria na qual os consumidores poderão utilizar seus pontos na compra de produtos nas lojas físicas da agência de turismo. Até o fim desta semana, mais de 1,2 mil lojas físicas da CVC aceitarão os pontos do programa de fidelidade.

» Perfil. Dois anos após ter recebido um aporte de R\$ 6 bilhões, a Atvos (ex-Odebrecht Agroindustrial) está de volta à mesa de negociação com os bancos, na tentativa de melhorar o perfil de sua dívida, que alcançava R\$ 12,7 bilhões no final de março. Uma das demandas da companhia é o não pagamento do juro sobre os compromissos, conversa que já vinha sendo conduzida com as instituições financeiras encabeçadas por um grande grupo estrangeiro, que negociava a aquisição da empresa meses atrás. » Tá difícil. Uma renegociação do principal também está na mesa, ainda que os maiores vencimentos estejam previstos mais para frente. No entanto, as condições financeiras da companhia seguem frágeis. O caixa da Atvos, de acordo com suas demonstrações contábeis divulgadas nesta semana, estava em R\$ 156,3 milhões ao final de março, distante, portanto, do necessário para cumprir seus compromissos.

» Compromisso. Procurada, a Atvos reiterou que a greve dos caminhoneiros gerou impacto negativo em suas operações e que a renegociação do juro com os credores tem sido transparente. A Atvos informou ainda que o compromisso será honrado. A companhia esclareceu que está focada na geração de fluxo de caixa para honrar suas obrigações de longo prazo.

Mudança de ciclo? **Valor Econômico - 28/06/2018**

Mario Mesquita

Os sinais mais nítidos de aquecimento da economia americana, a partir de meados do primeiro trimestre, e as evidências de que o Fed, o banco central dos Estados Unidos, poderia reagir com uma alta menos gradual da taxa de juros, contribuíram para desencadear uma tendência de fortalecimento do dólar e uma inflexão da política monetária, em direção menos expansionista, em diversas economias emergentes.

Ainda que a orientação geral das mudanças na política monetária seja contracionista, há grande variância, até agora, no seu conteúdo.

Em alguns casos, como na Argentina e na Turquia, as altas foram bastante expressivas (12,75% e 9,75%, respectivamente). Tais movimentos, por sinal, acabaram tendo efeito desproporcional sobre a perspectiva do mercado quanto

ao estado da política monetária nas economias emergentes. Em outros, como no caso brasileiro, houve a interrupção, que pode se mostrar definitiva, de um ciclo de distensão monetária.

Vale examinar os fatores que levaram às distintas respostas de política econômica. Para simplificar a análise, consideramos sinais típicos de desequilíbrio macroeconômico, a saber: o comportamento da inflação e das expectativas em relação às metas, o saldo em conta corrente e a taxa de desemprego.

É possível dividir as economias emergentes no início do processo, em fevereiro passado, em quatro grupos: aqueles com inflação acima da meta e acelerando (Argentina, Turquia, República Tcheca, Índia e Filipinas); os que estão com inflação em queda, mas acima da meta (México, Colômbia e Taiwan); os que têm inflação abaixo da meta, mas em aceleração (Rússia, Hungria, Indonésia, Hong Kong, África do Sul, Coreia do Sul, Peru, Chile, Tailândia, Cingapura e Malásia); e aqueles que têm inflação abaixo da meta e em queda (Polônia, China e Brasil) - utilizando núcleos e, na ausência de metas formais, a inflação média dos últimos três anos para fazer a classificação.

Todos os países no primeiro grupo experimentaram altas de taxas de juros, sendo mais fortes, como mencionado acima, na Argentina e na Turquia, as quais, além de problemas inflacionários, têm elevados déficits em conta corrente (equivalentes a 3,7% e a 6,3% do PIB, respectivamente) e desemprego abaixo da média histórica.

No segundo grupo, houve respostas variadas. O México, face às incertezas políticas e nas relações comerciais, e com o mercado de trabalho aquecido, apertou a política monetária, a Colômbia a relaxou, enquanto Taiwan deixou a taxa básica estável.

Há um grande número de economias emergentes com inflação abaixo da meta (ou da média dos últimos anos), mas em aceleração. Também nesse grupo as ações de política monetária têm sido díspares: África do Sul, Rússia e Chile cortaram a taxa básica, ao passo que Hong Kong (em linha com o Fed) e Indonésia aumentaram os juros, e os demais não alteraram a taxa básica.

No grupo em que o Brasil se incluía, em fevereiro passado, entre economias com inflação subjacente baixa e em desaceleração, duas delas mantiveram a taxa de juros (Polônia e China), enquanto o nosso Banco Central (BC) cortou a Selic em 0,5%.

No caso brasileiro, a depreciação cambial, que parece refletir fatores externos e também locais (o risco soberano brasileiro, medido pelo CDS de cinco anos, subiu de cerca de 160 pontos-base, no início do ano, para 265 p.b., recentemente), contribuirá para uma aceleração inflacionária. No curto prazo, aos efeitos da depreciação se juntarão aqueles, importantes, derivados das interrupções de oferta causadas pela paralisação dos transportes de carga

rodoviários. Com isso, a inflação deve apresentar alta forte no curto prazo, para a faixa de 4,5% em termos anuais.

Mas a paralisação do transporte e o concomitante aperto das condições financeiras (juros de mercado e dólar em alta, bolsa em queda) devem esfriar uma recuperação que já se mostrava não mais do que tépida, o que tende a manter o grau de ociosidade da economia elevado por mais tempo.

O fato é que o balanço de riscos tanto para a inflação quanto para a atividade piorou nas últimas semanas. O BC, corretamente, tem priorizado a análise à analogia em seu processo decisório, dando peso maior às condições locais do que a desenvolvimentos globais na determinação da Selic, e não tem evitado que o real se ajuste ao novo cenário. Com isso, a autoridade monetária não chancelou, em sua última reunião, a alta de juros que estava apreçada no mercado até poucos dias antes do evento. Mas tampouco conseguiu, pelo menos em um primeiro momento, convencer os investidores de que o risco inflacionário passou, ou que seria insignificante. Isso vai depender do comportamento das medidas subjacentes (ou núcleos) de inflação e das expectativas inflacionárias durante e após o repique de junho.

O alto grau de ociosidade prevalecente na economia e a credibilidade da diretoria do Banco Central tendem a limitar o risco de o choque se generalizar e se perpetuar. Mas o BC está correto ao sugerir, em sua comunicação, que as próximas decisões da política monetária vão depender mais do que o normal da evolução dos dados, e não estão pré-determinadas.

Despesa volta a crescer mais que o PIB

Valor Econômico - 28/06/2018

Ribamar Oliveira

A mudança da trajetória fiscal brasileira teve vida curta. A redução gradual e contínua das despesas da União até 2026, em comparação com o Produto Interno Bruto (PIB), era o objetivo central da estratégia econômica implementada pelo governo Michel Temer. O objetivo, no entanto, só foi cumprido em um único ano - 2017. Neste ano, os gastos federais voltarão a crescer mais do que a expansão da economia, de acordo com projeção do próprio governo.

Quando Temer assumiu o governo, após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o diagnóstico da equipe econômica foi que as contas públicas brasileiras apresentavam um desequilíbrio estrutural, marcado por um crescimento continuado dos gastos ao longo de décadas. No período mais recente, o quadro foi agravado pela longa recessão econômica que vitimou o país, reduzindo fortemente a arrecadação.

De 1991 a 2016, a despesa primária do governo central (não considera o pagamento dos juros das dívidas) passou de 10,8% do PIB para 20% do PIB, de acordo com dados do Ministério da Fazenda - um aumento de 9,2 pontos

percentuais do PIB. Boa parte do crescimento do gasto decorreu da implementação de direitos e benefícios instituídos pela Constituição de 1988. Outras despesas foram criadas por diferentes governos para atender a demandas sociais. Outros gastos subiram porque regras excessivamente generosas, principalmente na esfera da previdência dos servidores públicos, não foram corrigidas.

O resultado dessa trajetória foi que, desde 2016, a receita corrente líquida (RCL) da União não é suficiente para pagar as despesas obrigatórias. A RCL é obtida pela soma de todas as receitas da União (menos as financeiras), deduzidas as transferências constitucionais e legais. Pelas decisões tomadas nos últimos meses, aprovando aumento de gastos, a maior parte dos senadores e deputados ainda não se deu conta dessa situação.

Como o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, informou, recentemente, durante seminário realizado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), mesmo se as despesas discricionárias fossem reduzidas a zero, o resultado primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) seria deficitário em R\$ 8 bilhões. Isto significa que não há possibilidade de o governo central voltar a registrar superávit primário em suas contas se não reduzir o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. Mesmo que venha a apelar, novamente, para o aumento da carga tributária.

Os gastos discricionários são aqueles que o governo tem liberdade para cortar, como os investimentos e as despesas de custeio. Todo o ajuste fiscal desde 2015 foi feito com a redução deste item. O problema é que a redução desses gastos tem um limite, sob pena de paralisar a máquina pública. No ano passado, por exemplo, eles foram reduzidos para o nível de 2009.

O Ministério do Planejamento estima, segundo disse Mansueto no mesmo seminário, que será necessário um corte de cerca de 24% nas despesas discricionárias estimadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019, que passariam dos R\$ 128,9 bilhões previstos para este ano para R\$ 98,4 bilhões no próximo ano.

A realidade mudou um pouco, pois a inflação em maio e junho foi maior do que o esperado inicialmente, em razão da greve dos caminhoneiros e da forte alta do dólar. Assim, o limite do gasto para 2019 ficará bem acima da previsão inicial do governo. O teto para a despesa da União em determinado ano é dado pelo limite fixado para o ano anterior corrigido pela inflação verificada no período de julho a junho. Quanto maior a inflação, maior a margem para a expansão do gasto. Com inflação maior, o governo poderá cortar menos as despesas discricionárias para ficar dentro do teto.

É preciso tomar cuidado ao analisar a trajetória da despesa no período recente. O gasto aumentou muito em 2015 e 2016, em proporção ao PIB, principalmente porque o país viveu uma das maiores recessões de sua história. A economia, portanto, encolheu bastante. Reduzindo o denominador (o PIB), o resultado aumentou (a despesa em proporção ao PIB).

É preciso tomar cuidado também com o dado de 2017, pois a despesa só ficou em 19,5% do PIB porque os Ministérios não conseguiram gastar cerca de R\$ 30 bilhões que foram colocados à disposição deles no fim daquele ano. Se tivessem gasto o permitido, provavelmente a despesa não teria caído em comparação com o PIB.

Quando estabeleceu sua estratégia de política fiscal, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles esperava reduzir o gasto público em cerca de 0,5 ponto percentual do PIB ao ano até 2026. Assim, o pico da despesa ocorreria em 2016, quando chegou a 20% do PIB. Ela cairia até 15% do PIB em 2026.

A trajetória projetada por Meirelles dependia da aprovação da reforma da Previdência e de outras medidas de redução do gasto obrigatório, que foram ficando pelo caminho. Hoje o governo espera apenas o próximo presidente ser eleito.

O caso fraco de Trump contra a China

Valor Econômico - 28/06/2018

Yu Yongding

Ninguém vence uma guerra comercial. No entanto, o presidente dos EUA, Donald Trump, parece determinado a engajar-se em tal guerra contra a China, à qual atribui o déficit comercial americano, acusando os chineses de desrespeitar as regras da Organização Mundial do Comércio e de valerem-se de práticas desleais para acesso a tecnologia estrangeira. Embora a maioria dos economistas mostre-se intrigada diante da ignorância de Trump sobre como funcionam os saldos comerciais, muitos concordam amplamente com suas acusações em relação à propriedade intelectual (PI). Mas a evidência que apoia essas afirmações é também, na melhor das hipóteses, fraca.

Segundo a denominada Seção 301 de uma investigação comercial iniciada pelo governo Trump no ano passado, a China apossou-se de tecnologias estrangeiras valendo-se de restrições discriminatórias de licenciamento, de acordos de transferência de tecnologia injustos, de investimento com alvos específicos no exterior, de invasões não autorizadas de redes comerciais americanas de computadores e de roubo de PI via meios cibernéticos. "O peso da evidência", conclui o relatório, mostra que a China vale-se de restrições a propriedade estrangeira para forçar as empresas americanas a disponibilizar suas tecnologias para entidades chinesas.

Mas os argumentos não são tão substanciais quanto parece fazer crer o relatório. Para início de conversa, uma vez que as empresas chinesas não estão famintas por capital - graças ao enorme volume crônico de poupança chinesa - obter acesso a tecnologias estrangeiras é sua principal motivação para tentar atrair investimento direto do exterior. Sob as regras da OMC, elas têm liberdade para buscar transferências de tecnologia de seus parceiros estrangeiros sob termos comerciais e voluntários.

Felizmente para a China, as empresas estrangeiras mostram-se extremamente interessadas em entrar em seu mercado, inclusive devido ao tratamento preferencial concedido a investimentos diretos. De fato, há décadas, empresas tanto estrangeiras como domésticas aceitaram de bom grado a estratégia chinesa de "acesso ao mercado de tecnologia" chinês, que exigiu dos investidores estrangeiros que "importassem" tecnologia avançada em troca da entrada no mercado chinês.

Quaisquer que sejam as desvantagens que possam ver nessa abordagem, permanece o fato de que as empresas estrangeiras - inclusive empresas inteiramente estrangeiras e parceiras estrangeiras de empresas chinesas - beneficiaram-se enormemente de seus investimentos na China. Um relatório do Banco Mundial em 2006 situou a taxa média de retorno das multinacionais estrangeiras na China em 22%. De acordo com um relatório elaborado pela Conference Board of World Enterprises, a taxa média do retorno de capital das multinacionais americanas na China em 2008 foi de 33%.

Dito isso, o lucro antes de juros e impostos das empresas estrangeiras na China vinha piorando desde 2009, mas em 2017 a situação melhorou. Essa é uma questão que o governo chinês precisa levar a sério. De todo modo, ninguém pode afirmar que as empresas estrangeiras foram obrigadas a operar no mercado chinês.

Na realidade, esse argumento nunca foi apoiado em evidências convincentes. Embora o representante de Comércio dos EUA (USTR) que compilou o relatório Seção 301 afirme ter realizado muitas pesquisas, todos os entrevistados são anônimos, e suas afirmações são pouco mais que rumores - nada que seria admissível em um tribunal de justiça.

As acusações no relatório Seção 301 relativas a investimentos no exterior - a saber, que a China usa "capital governmental e redes de investidores extremamente opacas para facilitar aquisições de alta tecnologia no exterior" - são igualmente frágeis.

O American Enterprise Institute reporta que entre 2005 e 2016 as companhias chinesas realizaram apenas 202 investimentos, entre fusões e aquisições, nos EUA, 16 dos quais - totalizando US\$ 21 bilhões - tiveram como alvo setores de tecnologia. Os investidores chineses gastaram muito mais do que isso - US\$ 940 bilhões - em imóveis nos EUA entre 2013 e 2016.

A questão final levantada pelo relatório Seção 301 diz respeito a furto cibernético de PI e de informações comerciais confidenciais, que segundo acusações americanas é praticado pelo governo chinês. O relatório reconhece que a partir de 2015 - quando a China e os EUA acordaram que nenhuma das partes "realizaria ou conscientemente apoiaria o roubo de propriedade intelectual por meios cibernéticos - inclusive segredos comerciais ou outras informações empresariais confidenciais para obter vantagens comerciais" - o número de incidentes detectados de espionagem cibernética chinesa diminuiu.

A verdade é que a China vem fazendo progresso continuado na proteção dos direitos de propriedade. Como salienta Nicholas Lardy, do Instituto Peterson de Economia Internacional, "o pagamento de taxas de licenciamento e royalties para uso de tecnologia estrangeira na China cresceu substancialmente em anos recentes, chegando a quase US\$ 30 bilhões no ano passado, ou seja, um aumento de quase quatro vezes na última década". Na verdade, prossegue Lardy: "A China ocupa provavelmente o segundo lugar no mundo em volume de taxas de licenciamento pago por tecnologia usada dentro de fronteiras nacionais".

O relatório Seção 301 foi, parece claro, baseado em rumores, imaginação e meias verdades. A questão óbvia é: como o governo Trump pode basear decisões de política governamental de tamanhas consequências, como as tarifas comerciais - capazes de desencadear uma guerra comercial catastrófica - em evidências tão frágeis? A resposta óbvia é que o relatório pretendia justificar, em vez de informar, a política governamental americana.

Isso não quer dizer que as questões levantadas pelo relatório da Seção 301 sejam mera fantasia, ou que o cumprimento, pelos chineses, de seus compromissos na OMC tenha sido impecável. Ao contrário, a China tem muito espaço para melhorar sua conformidade à OMC, especialmente no que diz respeito a abrir seu setor de serviços financeiros e fortalecer as proteções de PI.

Mas as questões relacionadas ao comércio deveriam ser abordadas no âmbito da OMC, onde os EUA precisariam usar os mecanismos de resolução de disputas dessa entidade para encaminhar suas queixas. Em lugar de tal abordagem pelo governo Trump, a China deveria considerar a inauguração de uma nova rodada de negociações da OMC em cooperação com a Austrália, Canadá, União Europeia, Japão, México e Nova Zelândia. O multilateralismo deveria ser preservado, com ou sem os EUA.

A guerra comercial de Trump não conseguirá forçar a China a abandonar sua aspiração de alcançar as economias avançadas. A China está disposta a travar uma guerra de atrito. Infelizmente, ambos os lados - assim como o resto do mundo - assim incorrerão em pesados prejuízos.

Chega de debate

O Globo - 28/06/2018

Carlos Alberto Sardenberg

Claro que é preciso debater tudo com a sociedade, mas, caramba!, há quanto tempo estamos debatendo a reforma da Previdência? Qual discussão é mais antiga, essa ou a reforma tributária? Francamente: nos dois casos, já está tudo dito, há números abundantes, todo mundo já deu suas opiniões. O que precisa agora, especialmente neste momento de eleições federais e estaduais, é definir propostas.

Em outras palavras, desconfie de todos os políticos que dizem: sim, a reforma da Previdência é necessária, mas precisamos debater os termos com a sociedade. Mesmo admitindo que cabem mais algumas conversas, a obrigação das lideranças que buscam votos é iniciar o debate apresentando a sua proposta de solução.

Sem isso, estão subindo no muro, se esquivando e tentando passar a falsa impressão de que, no governo, vão buscar uma saída que satisfaça todo mundo. E que não existe.

Vale para a reforma tributária, outra veteraníssima. Tudo dito, façam suas opções, candidatos, e se comprometam perante o eleitor de modo explícito.

Vale também para a reforma trabalhista. Aqui, aliás, temos um caso mais claro de tentativa de embuste. O Congresso aprovou, e o presidente sancionou uma reforma, justamente entendendo-se que o debate estava feito, e decisões tinham de ser tomadas. Foram, mas sobram candidatos dizendo que a votação foi prematura e que é preciso rediscutir tudo de novo.

Por exemplo: seria preciso chamar as entidades de trabalhadores e de empregados para perguntar o que acham do imposto sindical obrigatório, que foi extinto. Ora, para que chamar essa turma? Eles vão dizer o quê? Que não querem o dinheiro fácil do imposto recolhido e distribuído pelo governo?

Do mesmo modo, de que adianta perguntar às pessoas se preferem se aposentar na faixa dos 50 anos ou só depois dos 65?

Argumentam marqueteiros: mas o candidato não se elege se disser que vai aumentar a idade de aposentadoria. Bom, então diga que não precisa de reforma da Previdência e que vai pagar essa despesa com mais impostos, por exemplo. O embuste é dizer: vamos debater com a sociedade.

Vamos mal. Decisões cruciais demoram séculos e, quando são tomadas ... melhor rediscutir. Não acaba nunca.

PRIVILÉGIOS

Dia desses, o Tribunal Superior Eleitoral lançou edital para comprar equipamentos de “reabilitação fisioterápica”. Ou seja, uma academia, que ficaria à disposição dos funcionários. Isso, lógico, exigirá a contratação de fisioterapeutas.

Indagada, a direção do TSE disse que outros tribunais superiores já tinham esse serviço e que se tratava de igualar benefícios.

De fato, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça têm essas academias, com fisioterapeutas de carreira, ganhando pouco mais de R\$ 16 mil mensais. Está bom? Uma consulta às empresas de recursos humanos

mostra que, no setor privado, os fisioterapeutas mais bem pagos estão em São Paulo: salário médio de R\$ 3.700, teto de R\$ 10 mil. No Brasil, média de R\$ 2.200.

Não é uma questão de quem merece ou não. A questão é: pode o setor público pagar sete vezes mais para oferecer reabilitação gratuita a seus funcionários, que estão também entre os mais bem pagos?

Dirão: é coisa pequena, não é daí que vem o déficit das contas públicas.

Mas é daí, sim, especialmente nos governos estaduais e prefeituras. Nestes dois níveis de administração, a despesa com pessoal subiu sistematicamente desde os anos 90, até o ano passado, inclusive. Em 2017, esse gasto chegou a 9,1% do PIB. Muito, mas muito mais do que os investimentos. E todo dia saem notícias mostrando que esses níveis de governo estão quebrados, ou quase e, ainda assim, concedem aumentos salariais diversos.

Resumindo: todo mundo sabe que é preciso conter os gastos com o funcionalismo — uma questão econômica — e eliminar os privilégios — questão moral e política.

Não apenas aqui no Brasil, mas no mundo todo se sabe como funciona uma boa administração pública. É só copiar, em vez de propor um enganador debate sobre “soluções brasileiras”.

Tudo considerado, o setor público está quebrado. No governo federal, o principal gasto está na Previdência (INSS e aposentadoria dos servidores e militares). Nos níveis estaduais e municipais, a despesa que mais cresce é com salários do pessoal. Fato. Desconfie do candidato que propuser debates.

Desconfie de todos os políticos que dizem: sim, a reforma da Previdência é necessária, mas precisamos debater os termos com a sociedade

Saídas do labirinto

O Globo - 28/06/2018

Míriam Leitão

A boa notícia é que os economistas ligados a quatro candidatos concordam que será preciso fazer um ajuste fiscal no próximo governo. Mudar a Previdência e ter um limite para os gastos ainda que não seja o atual teto estão no radar de todos. Algumas propostas são boas, outras é preciso explicar melhor, há sugestões vagas, convergências e divergências, mas pelo menos é um início de conversa.

No debate feito pelo “Valor”, o economista Fernando Haddad, do PT, disse que não existe dicotomia entre esquerda antirreformista e direita reformista, e acrescentou que todos os governos fizeram reformas, quando o Congresso

deixou. É verdade que tanto Lula quanto Dilma fizeram propostas de mudanças na Previdência, a de Lula era mais profunda e atingiu o funcionalismo público. A demora na implementação e o fato de só se dirigir ao futuro muito remoto reduziu a vantagem da mudança. A grande contradição do Partido dos Trabalhadores é ter votado sempre contra qualquer reforma proposta por outro partido e ter recentemente abraçado a tese distorcida de que não existe déficit.

Segundo Mauro Benevides, assessor de Ciro Gomes, será apresentado pelo candidato, no dia 15 de julho, uma proposta concreta de reforma da Previdência com a adoção de capitalização com contas individuais. Pérsio Arida, economista do candidato Geraldo Alckmin, duvidou. A questão é que nesse regime é preciso fazer uma grande capitalização em um fundo que garanta a transição. Hoje funciona o modelo de repartição, em que os da ativa contribuem para garantir os inativos. Já está com déficit quando o Brasil ainda tem menos de 13% de população acima de 60 anos. No de capitalização, a contribuição de cada pessoa iria para uma conta individual. Como fazer com quem já está no mercado e suas contribuições foram usadas para pagar os atuais inativos? O governo teria que “devolver” a eles, através de um fundo. Pérsio alertou que o Chile conseguiu isso, porém tinha um superávit primário de 6% do PIB. Nós temos déficit de 3%. No debate eleitoral talvez a proposta se esclareça.

Marco Bonomo, que trabalha com Marina Silva, defende que nos gastos públicos o importante é estabilizar a dívida/PIB. De fato esse é uma espécie de indicador/resumo. Só se estabiliza se gastos forem cortados e as receitas aumentarem. Ele disse que “o importante é ter um plano crível para isso” e afirmou que sua candidata sempre defendeu controle de despesas e tem noção de que é necessário controlar o Orçamento. Essa ideia de Bonomo já foi explicada também pelos economistas André Lara Resende e Eduardo Giannetti em entrevista recente. Afirmam com razão que não é necessário o fim imediato do déficit, mas sim um plano para redução que leve no futuro à estabilização da dívida.

Arida fez proposta ousada para se chegar ao equilíbrio das contas: tirar da Constituição várias questões que hoje tornam difícil a gestão pública. Disse que em 30 anos foram feitas 99 emendas à Constituição, a maioria sobre taxas e tributos. Ele quer levar para o nível infraconstitucional decisões sobre “impostos, teto de gastos, regra de ouro”, porque, na visão dele, tudo se refere à gestão econômica, que precisa ter flexibilidade. Realizar isso é que seria uma enorme dificuldade. Arida mesmo define sua proposta como “nova e ousada”.

Benevides diz que Ciro, se eleito, no primeiro dia vai reduzir em 15% todas as desonerações. Poderia começar explicando como fazer isso na Zona Franca de Manaus. Todos defendem o Imposto sobre Valor Agregado que os governos nunca conseguiram fazer. Em parte porque mexeria com o ICMS, um imposto estadual, e é preciso negociar com toda a federação. Haddad defendeu a transparência do gasto público. Poderia começar criticando as pedaladas e as excessivas desonerações feitas pelo PT que reduziram a transparência do

gasto público. O retorno da tributação de dividendos foi consensual, mas cada um tem a sua ideia.

A partir do mês que vem os debates ficarão mais intensos, as propostas mais explícitas. Nesse encontro, o economista do candidato Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, não compareceu. No detalhamento das ideias quem sabe o país encontre saídas para os seus labirintos.

A busca de bodes expiatórios na guerra comercial **O Globo - 28/06/2018**

Paul Krugman

O governo Trump parece caminhar para uma guerra comercial em três frentes. Ao que parece, ele vai, simultaneamente, atacar China, União Europeia e nossos parceiros no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). O resultado econômico será feio.

Mas isso, provavelmente, não é a história toda: também deve haver um resultado político feio, não apenas no exterior, mas nos EUA. Estimo que, conforme as desvantagens da política comercial linha dura se tornem aparentes, veremos uma busca ferrenha do presidente Donald Trump e companhia por bodes expiatórios. E a busca já começou.

Para compreender o que está por vir, é necessário entender dois pontos cruciais.

Primeiro, o governo não tem ideia do que está fazendo. Suas ideias sobre comércio não parecem ter evoluído em relação àquelas expressas em um documento divulgado por Wilbur Ross, agora secretário do Comércio, e Peter Navarro, agora czar do comércio, em 2016. O relatório era uma amostra de total ignorância, que fazia com que verdadeiros especialistas em comércio batessem a cabeça na mesa.

Segundo, este governo está infestado de teóricos da conspiração. Ele parece literalmente tratar a crença em teorias conspiratórias como qualificação para o emprego.

O que acontecerá quando a falta de noção encontrar a teorização conspiratória?

Sobre o contragolpe na guerra comercial: Trump declarou que “guerras comerciais são boas e fáceis de vencer”. Ignore a parte “boa”: já está aparente que o “fáceis de vencer” é delírio. Os países não vão ceder rapidamente às demandas dos EUA, em parte porque elas são incoerentes — Trump quer que a Europa acabe com tarifas que, na verdade, não impõe, e os chineses sequer conseguem descobrir o que os EUA querem.

Acrescente o enorme mal-estar que Trump gerou no mundo, e a ideia de que os EUA conseguirão grandes concessões é implausível. Acho difícil ver como evitar uma série de retaliações que acabarão nos levando a uma guerra comercial total.

E, enquanto alguns setores podem ganhar com essa guerra, muitos americanos sairiam perdendo. Muitos empregos — mais de 10 milhões, segundo o Departamento de Comércio — são apoiados por exportações. Já a agricultura vende mais de 20% de sua produção para o exterior. Uma guerra comercial eliminaria muitos empregos; algumas vagas seriam criadas, mas em outros setores, mais competitivos, então haveria muita disrupção.

Os problemas não se limitariam às exportações: mais de metade das importações dos EUA são bens de capital ou intermediários — coisas que produtores americanos usam para se tornar mais eficientes. Então essa guerra elevará custos e afetará as perspectivas para muitos negócios, mesmo que não sejam exportadores.

Como esse governo de mente conspiratória vai reagir quando as vítimas domésticas de sua política comercial começarem a reclamar? Já tivemos uma prévia.

Até hoje, só tivemos pequenos conflitos comerciais, mas eles baixaram o preço da soja, que exportamos para a China, enquanto o do aço subiu. E fazendeiros e negócios que usam aço estão descontentes.

Então o governo disse “Temos uma posição dura, e haverá alguns custos”? Não. Em vez disso, Ross declarou que as mudanças de preço eram trabalho de especuladores “antissociais” que queriam lucrar e pediu uma investigação. Ou seja, o que estamos vendo não são os efeitos previsíveis das políticas do governo, e sim uma conspiração anti-Trump.

Soja e aço oferecem apenas uma pequena prévia das disrupções à vista. Como o governo reagirá aos reveses quando a guerra comercial realmente estiver acontecendo? Ele admitirá que julgou mais os efeitos de suas políticas? Claro que não.

O que eu prevejo, em vez disso, é que ele começará a ver vilões embaixo de cada cama. Vai atribuir as desvantagens da guerra comercial não a suas ações, mas a George Soros e ao chamado “Estado paralelo”.

A questão é que as políticas da guerra comercial vão provavelmente acabar parecidas com as políticas de Trump em geral: uma busca por inocentes para demonizar.

A carapuça vai para... **O Globo - 28/06/2018**

Ancelmo Gois

Atenção, correntistas!

Lembra que, como saiu aqui, o UBS, maior banco da Suíça, cravou, com base em pomposos modelos pseudomatemáticos, a Alemanha como campeã da Copa?

Para tal, o banco suíço informou ter aplicado as mesmas ferramentas que usa para selecionar ações para investimento.

Segue...

O país de Kroos e Müller também foi “cravado” como campeão pela renomada “The economist”, a revista econômica.

Ou seja: essa turma entende de futebol tanto quanto eu de... coreano.

Parceria entre França e Brasil na logística **Correio Braziliense - 28/06/2018**

Mercado S/A

A francesa Tereos, segunda maior produtora de açúcar do mundo, fechou parceria com a brasileira VLI, especializada em transporte ferroviário, para um investimento conjunto destinado à construção de armazéns de açúcar no estado de São Paulo. O acordo prevê o transporte de 1 milhão de toneladas do produto bruto por ano. Os armazéns serão instalados dentro do sistema ferroviário da VLI, que começa no interior e termina no Porto de Santos. Em um ano, a Tereos investirá um total de R\$ 145 milhões. A VLI também aportará R\$ 60 milhões em dois anos. Para Alexis Duval, diretor-presidente da Tereos, os desembolsos reforçam a necessidade de desenvolver a logística no Brasil e a relevância da divisão brasileira de açúcar para o grupo. “É uma grande oportunidade para a Tereos ter uma parceria de longo prazo com uma empresa líder em logística”, diz o executivo. “Este investimento certamente fortalecerá a presença da Tereos no Brasil.”

Maior conglomerado do Peru pretende investir no Brasil

O grupo varejista InRetail, maior conglomerado empresarial do Peru, enviou nesta semana dois emissários ao Brasil para colher de perto informações a respeito do varejo nacional. Os peruanos querem comprar shoppings e bens imobiliários em grandes capitais brasileiras, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia, que tem capital aberto na bolsa de Lima, avalia que a recente crise econômica no Brasil pode ser uma oportunidade para encontrar ativos baratos.

A inovação que vem da borracha

A holandesa Arlanxeo, líder mundial na produção de borracha sintética, desenvolveu um produto, o Buna SL, que promete reduzir o consumo de combustível entre 5% e 10%. Segundo a empresa, o composto tem potencial para ser usado em veículos de passeio. A tecnologia foi desenvolvida no Brasil pela unidade de negócio TSR, que está produzindo o artefato na planta de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. A ideia é exportar a novidade para Ásia e Europa.

As urnas eletrônicas são invioláveis?

As teorias da conspiração sobre a vulnerabilidade das urnas eletrônicas surgem sempre em anos eleitorais. Elas são de fato seguras? Resistem à ação de hackers? Segundo Rodrigo Coimbra, chefe da seção de Voto Informatizado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atacar todo o sistema demandaria um esforço muito grande, custo elevado e deixaria rastros. Teoricamente, seria preciso que um fraudador ficasse de prontidão em cada uma das seções eleitorais. No Brasil, há mais de 400 mil delas.

R\$ 7.922

é o valor médio do metro quadrado em Brasília, o mais caro do país segundo levantamento realizado pelo Wimoveis. A cidade de São Paulo aparece em segundo lugar no ranking (R\$ 6.208), seguida por

Rapidinhas

» A CentralAr.com, dona de um faturamento anual de R\$ 300 milhões e maior e-commerce de equipamentos de ar-condicionado do Brasil, estabeleceu como meta encerrar 2018 comemorando a marca de 220 mil equipamentos vendidos, o que representará um recorde. No ano passado, foram atendidos 200 mil pedidos.

» A Gucci foi a marca de luxo que mais cresceu em valor de mercado no ano passado, segundo o estudo BrandZ. O montante chegou a US\$ 22,4 bilhões, o que representa um avanço de 66% em relação a 2016. A lista das mais valiosas continua a ser liderada pela Louis Vuitton, cotada a US\$ 36 bilhões.

» A grife Aramis, especializada em trajes sociais, largou forte em 2018. Nos três primeiros meses do ano, as vendas cresceram 30%, enquanto no ano passado inteiro o avanço foi de 20%. Uma das explicações para o resultado positivo é a forte comunicação digital em redes sociais como Instagram, LinkedIn e Twitter.

» Não são apenas as grandes redes de franquias que registram forte crescimento no país. A Mr. Kids, microfranquia especializada em vending machines, conquistou a marca de 140 clientes neste ano. “O plano de expansão para 2018 é agressivo”, diz Antônio Chiarizzi, fundador da Mr. Kids. “Nosso objetivo é conquistar 50 novos franqueados.”

"A tecnologia blockchain pode mudar o mundo mais do que as pessoas imaginam. O bitcoin, no entanto, tem tudo para ser uma bolha"

Jack Ma, fundador do Alibaba, a maior empresa de comércio eletrônico do mundo

Guerra comercial ampliada traz riscos globais **O Estado de S. Paulo - 28/06/2018**

Para as fábricas da Malásia que produzem diodos emissores de luz (LEDs) é uma oportunidade. Para as indústrias americanas que fabricam barcos com motores de popa, uma ameaça. Para os grandes fabricantes de TVs de tela plana, pode ser apenas um incômodo.

A emergente guerra comercial entre Estados Unidos e China faz surgirem previsões de uma severa ruptura econômica e geopolítica. O impacto das tarifas em cada indústria dependerá da microeconomia de seus produtos: como uma alta de preços influirá na demanda? Há substitutos disponíveis? Qual a capacidade de produção extra do mundo, e quanto tempo levaria para construir e pôr em operação novas fábricas?

“Isso vai se desdobrar de modo diferente para cada produto e cada cadeia de suprimento”, disse Daniel Rosen, sócio da empresa de pesquisas econômicas Rhodium Group. “Ninguém pode dizer que sabe qual será o impacto. É mais fácil prever o tempo para uma tarde de terça-feira daqui a um ano.”

Os Estados Unidos impuseram sua primeira onda de tarifas na primavera, e cada um dos 1.102 itens relacionados levará

a uma lista de ganhadores e perdedores. Na tentativa de visualizar como a situação vai evoluir, vale examinar os diferentes parceiros comerciais envolvidos com esses produtos, além de algumas dos milhares de cartas de comentários que essas empresas e grupos industriais enviaram à agência responsável pela política comercial dos EUA (U. S. Trade Representative). Executivos e outros especialistas têm a própria ideia de como exatamente as cadeias de suprimento podem ser redirecionadas e de como os preços de determinadas mercadorias podem oscilar.

Uma advertência que desponta é: seja cético quanto às previsões de quebra de grandes indústrias no curto prazo. Até agora, as empresas têm opções para evitar os riscos mais ameaçadores. Entretanto, quanto mais a disputa durar, mais produtos serão arrastados para ela. E quanto mais os EUA se estranharem não apenas com uma potência econômica, mas com o mundo todo, mais haverá motivo para preocupação. As alternativas que as empresas vêm adotando até agora perderão força numa guerra comercial indefinida e sem prazo para acabar.

Um vazio no campo LED poderá ser preenchido por outros países. A China é a segunda maior economia do mundo e grande fornecedora de muitos dos produtos que ocupam as prateleiras das lojas dos EUA. Mas a primeira rodada de tarifas do governo Trump está voltada para bens que muitos outros países podem suprir.

Metade desses itens provém de menos de 10% de importações da China, segundo uma nova análise do Paterson Institute for International Economics. Como alguns produtos chineses têm mais peso, numa média ponderada a China responde por 23% do mercado.

Consideremos os diodos emissores de luz, a partícula que dá luz às lâmpadas LED e é usada em vários produtos industriais. Os EUA importaram US\$ 637 milhões em LEDs da China no ano passado, mais que qualquer outro país. Mas a China não é o único fornecedor. Japão e Malásia exportaram outros US\$ 593 milhões para os EUA.

Assim, para empresas americanas que importam diodos e os incorporam a seus produtos, como lâmpadas de iluminação de rua que usam energia solar, a China não é a única opção. A questão é se outros países não sujeitos à tarifa de 25% podem atender ao potencial aumento da demanda.

Na Malásia, a indústria de LED vê o eventual aumento da demanda como oportunidade. “Eu diria que a guerra comercial vai nos beneficiar se de fato ela prosseguir na direção das tarifas”, disse Daniel Fong, gerente regional da Overseas Lightning and Electric, localizada a 40 minutos de Kuala Lumpur.

Mar agitado. Para fabricantes de barcos com motor de popa, a perspectiva é mais sombria. A Ray Electric Outboards, de Cape Coral, Flórida, importa da China os motores elétricos que propulsionam barcos pequenos. “Se já pensamos em usar outros motores?”, pergunta Joy Hurley, gerente comercial da Ray Electric. “Já, mas não há disponibilidade imediata e nenhum dos motores existentes nos EUA se adapta a nossos barcos. Os barcos da Ray são feitos para usar motores dos atuais fornecedores. Modificá-los custaria muitos milhares de dólares.”

Esse é um dos riscos da estratégia do governo Trump de fazer a guerra comercial em múltiplas frentes. Quando apenas um país é submetido a tarifas punitivas – mesmo um país grande como a China –, empresas podem sempre encontrar meios de reduzir os danos para si e para os consumidores.

Mas se os Estados Unidos elevam simultaneamente as tarifas para grande parte do mundo, os estrategistas corporativos ficam com menos margem de manobra.

“Ninguém pode dizer qual será o impacto. É mais fácil prever o tempo para uma tarde de 3.^a-feira em um ano.” Daniel Rosen

‘Não inicie guerra comercial, mas vou terminá-la’, diz Trump

O Estado de S. Paulo - 28/06/2018

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, negou, ontem, ter iniciado uma guerra comercial, mas não deixou de fazer críticas à União Europeia (UE), além de prometer impor barreiras a veículos europeus caso barreiras comerciais do bloco a produtos americanos não sejam retiradas. “Eu disse a eles: se vocês continuarem a nos tratar de forma injusta e não retirarem as suas barreiras, vamos impor tarifas aos carros da Mercedes-Benz, da BMW, assim como fizemos com o aço e o alumínio.”

A declaração foi feita durante um comício em Fargo, Dakota do Norte, para discutir as relações comerciais americanas com apoiadores republicanos. De acordo com Trump, os EUA registraram um déficit comercial de US\$ 151 bilhões com a UE no ano passado. “Isso não é livre-comércio, mas comércio estúpido”, disse o republicano, sendo aplaudido.

O presidente ressaltou que os EUA “amam” a UE e os países do bloco, “mas eles tiram vantagem de nós no comércio e não podemos mais deixar isso acontecer”. Ele negou que tenha iniciado uma guerra comercial. “Eu não inicie uma guerra porque ela já havia começado há muito tempo e estávamos perdendo por causa das políticas de nossos líderes do passado”, disse Trump, ressaltando terminará o conflito.

As tensões comerciais continuaram no foco dos investidores ontem, fazendo os mercados acionários americanos encerrarem o pregão em baixa. A derrota da proposta do Partido Republicano de reforma imigratória também pesou no sentimento dos agentes. O Índice Dow Jones fechou em baixa de 0,68%; o S&P 500 recuou 0,86%; e o Nasdaq encerrou em queda de 1,54%.

Os papéis de tecnologia, que deram amplo suporte às Bolsas de Nova York neste ano puxaram as bolsas para baixo, à medida que os agentes continuaram a monitorar a possibilidade de que a Casa Branca pudesse restringir o investimento estrangeiro em empresas de tecnologia americanas. No início do dia, o governo informou que se baseará nas leis existentes para restringir investimentos da China e de outros países.

O otimismo diante da indicação de restrição menor durou algumas horas. No fim da manhã, o diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, Larry Kudlow, afirmou que Trump não tem planos de suavizar a posição dos EUA. Para Kudlow, “as pessoas não devem ver a lei de restrição a investimentos estrangeiros como uma versão mais leve” do que a divulgada pela imprensa no fim de semana. “O sentimento dos investidores tem sido extremamente volátil porque há um nervosismo sobre cada novo tuíte de Trump”, disse o CEO da Evermore Global Advisors, David Marcus.

Cúpula do G-20 teve 1ª reunião **O Estado de S. Paulo - 28/06/2018**

O presidente russo, Vladimir Putin, e o americano, Donald Trump, apertaram as mãos pela primeira vez no dia 7 de julho do ano passado, em Hamburgo, cidade que recebeu o encontro do G-20. Os dois tiveram uma reunião bilateral em paralelo à cúpula, quando trataram de temas complexos, como o conflito sírio e o papel da Rússia na questão ucraniana.

UE deve se preparar para o pior **Valor Econômico - 28/06/2018**

Os líderes da União Europeia (UE), que se reúnem hoje e amanhã em Bruxelas, vão se comprometer em intensificar os esforços para fortalecer a cooperação militar do bloco e reduzir sua dependência dos EUA, segundo rascunho da declaração que será assinada por eles. Essa promessa, que deverá ser sancionada pelos 28 chefes de governo dos países-membros, é uma reação à política "EUA em 1º lugar" do presidente Donald Trump e suas declarações conflitantes sobre a Otan (a aliança militar do ocidente) e a própria UE. "Apesar de nossos incansáveis esforços para manter a unidade do Ocidente, as relações transatlânticas estão sob imensa pressão em virtude das políticas do presidente Trump", disse o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk (foto), em carta aos líderes europeus. Um alto funcionário da UE, citado pelo jornal britânico "The Guardian", disse que começa a ficar claro "um padrão de uma doutrina americana em que não há amigos, apenas inimigos".

Justiça dos EUA derruba contribuição sindical obrigatória de servidor **Valor Econômico - 28/06/2018**

A Suprema Corte dos EUA proibiu ontem contratos que contenham cláusulas exigindo que funcionários públicos paguem contribuições sindicais. Isso será um duro golpe no que resta do movimento sindical americano.

A votação, por 5 votos a 4, correspondente à cisão da corte entre republicanos e democratas, anulou o precedente de 1977 que fomentou o crescimento da sindicalização no setor público, enquanto caía no setor privado. Mais de um terço dos funcionários públicos são sindicalizados nos EUA, contra só 6,5% dos trabalhadores no setor privado, segundo dados oficiais.

O impacto da decisão deverá repercutir bem além do local de trabalho, minando recursos de sindicatos como a Federação Americana dos Servidores de Estados, Condados e Municípios (Afscome, em inglês) e da Associação Nacional de Educação, que são fontes de recursos e de ativistas para o Partido Democrata. No ciclo eleitoral de 2016, os sindicatos do setor público gastaram US\$ 64,6 milhões em atividades políticas, sendo 90% destinado aos democratas, segundo o Center for Responsive Politics. Os maiores

contribuintes foram os dois maiores sindicatos de professores do país e a Afscme.

Ainda assim, o gasto total de todos os sindicatos, US\$ 213,3 milhões no ciclo de 2016, foi pequeno em relação aos US\$ 3,43 bilhões gastos pelas empresas. O gasto empresarial foi repartido igualmente entre democratas e republicanos.

Os sindicatos, que já esperavam essa decisão, têm preparado estratégias para manter a filiação, mas é provável que haja uma queda significativa no número de filiados.

O juiz Samuel Alito, cujas opiniões moldaram a decisão da corte contra os sindicatos do setor público, escreveu em nome da maioria. "Obrigar as pessoas a manifestar apoio a posições que elas consideram questionáveis", mesmo que façam parte de negociações coletivas que beneficiam esses empregados, afronta um "mandamento constitucional fundamental".

Mark Janus, que entrou com a ação, disse estar "entusiasmado". "A Suprema Corte não só restaurou meus direitos, assegurados pela Primeira Emenda, como os direitos de milhões de outros trabalhadores do governo em todo o país." Janus, especialista em assistente social a crianças no governo estadual de Illinois, se opôs à dedução de US\$ 45 mensais de seu salário para o sindicato Afscme, que negociou o contrato que proporcionou a Janus salários e benefícios.

"O direito de dizer 'não' a um sindicato é tão importante quanto o direito de dizer 'sim'", disse ele.

Para os juízes na corte indicados por democratas, a decisão de quarta-feira - o último dia deste exercício - encerrou um período repleto de decepções.

Secundada pelos juízes Ruth Bader Ginsburg, Stephen Breyer e Sonia Sotomayor, a juíza Elena Kagan acusou a maioria de "converter a Primeira Emenda numa arma, de uma forma que autoriza os juízes, agora e no futuro, a intervir em política econômica e legislativa".

Cerca de 20 Estados americanos, principalmente os de tendência democrata, permitem que órgãos governamentais firmem acordos com sindicatos que exige, que os funcionários afetados pela negociação filiem-se a um sindicato ou paguem uma taxa por um pacote básico de serviços, como negociação e imposição de termos contratuais.

Os sindicatos, que chamam essas contribuições de "taxas de justa participação", dizem que elas são necessárias para evitar os "caronas" - trabalhadores que se limitam a receber aumentos salariais, benefícios e segurança no trabalho proporcionados por contratos negociados pelos sindicatos, mas que preferem deixar seus colegas de trabalho pagar a conta.

Segundo o conceito por trás da decisão, é uma violação da Primeira Emenda da Constituição o governo forçar um trabalhador a apoiar um discurso político ao qual ele pode se opor - e, portanto, contratos de empregos públicos que incluam cláusulas que obrigam a pagar o sindicato são inconstitucionais. A maioria do tribunal aceitou esse argumento.

A teoria por trás da decisão não representa uma ameaça imediata a essas cláusulas em contratos no setor privado. Diferentemente do governo, as empresas privadas geralmente não são obrigadas a respeitar os direitos de liberdade de expressão e podem estabelecer várias condições empregatícias, inclusive taxas de justa participação, se permitidas pela lei estadual.

Europa marca reunião, mas espera concessões do Mercosul

Valor Econômico - 28/06/2018

A União Europeia (UE) confirmou nova rodada de negociações com o Mercosul entre os dias 9 e 13 de julho, em Bruxelas, em mais uma tentativa de acelerar a conclusão do acordo de livre comércio birregional. Porta-voz da UE disse ao Valor que Bruxelas continua comprometida em completar um "acordo equilibrado e mutuamente benéfico com o Mercosul o mais rápido possível".

Ele lembra que os negociadores dos dois blocos se encontraram no começo de junho em Montevideu e conseguiram progressos em várias questões, como serviços e medidas sanitárias. No entanto, destaca que ainda há trabalho a ser feito em áreas como carros e autopeças, indicação geográfica, transporte marítimo e lácteos - ou seja, áreas onde Bruxelas espera mais concessões do bloco do Cone Sul.

O ambiente visivelmente está mais tenso para a barganha final. Entre certos negociadores do Mercosul cresce a suspeita de que a UE procura desculpas para não fechar a negociação em julho. Até a Alemanha, favorável ao acordo, passou a falar em falta de tempo e de outros temas prioritários.

A conclusão de um acordo político claramente não poderá ser uma mera intenção. A se julgar pelo que ocorreu nas negociações da UE com o México e o Japão, esse tipo de anúncio foi feito quando as barganhas estavam praticamente concluídas e os temas mais difíceis acertados de maneira irreversível.

A iniciativa da reunião no mês que vem, na capital belga, partiu do Mercosul. Os europeus deram esta semana o sinal verde para a reunião, que antecederá a cúpula de países da América Latina e Caribe com a UE.

Em Colônia, na Alemanha, no Encontro Econômico Brasil-Alemanha, a postura dos representantes do governo alemão aumentou o ceticismo sobre um acordo em julho, como defende o Mercosul. Os alemães, que são favoráveis ao acordo, surpreenderam ao citar falta de tempo e outras preocupações - de fato,

existe o risco de o governo de Angela Merkel nem existir na próxima semana, por causa de desafios internos envolvendo migração.

O Mercosul reiterou que está pronto para procurar soluções, pensar grande, anunciar o acordo e dar uma resposta ao unilateralismo de Donald Trump, que vem contaminando o comércio e a economia mundiais.

Há uma visível impaciência entre negociadores do Mercosul com repetidas reuniões, quando o momento histórico exige pensar grande. De toda maneira, o acordo que sair vai ser modesto, pela ambição de cada lado. Mas também será uma resposta importante no ambiente criado por Trump na cena internacional.

União Europeia sinaliza adoção de cota para aço importado do Brasil

Valor Econômico - 28/06/2018

Em meio à escalada da guerra comercial, a União Europeia (UE) deverá impor nos próximos dias salvaguarda contra o aço importado, podendo resultar em cota (limite quantitativo) para a entrada também de produtos siderúrgicos do Brasil.

Pela investigação normal que abriu sobre o aço estrangeiro, a União Europeia tem prazo até dezembro para tomar uma decisão a fim de evitar aumento súbito de importações. Nas próximas semanas, haverá inclusive audiências com exportadores, incluindo o Brasil, que vai defender suas vendas na UE. No entanto, a comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmström, confirmou que Bruxelas pensa seriamente em aplicar até meados de julho salvaguarda provisória, ou seja, restrição ao aço estrangeiro.

A Eurofer, associação dos produtores de aço da Europa, acredita que a restrição poderá vir na semana que vem na forma de cotas, para evitar o desvio, para o mercado europeu, do aço que Brasil, México, Coreia do Sul e outros não podem mais vender nos EUA. "Inicialmente não haverá impacto para o Brasil, porque não queremos fechar o mercado, e sim evitar súbito aumento das importações", disse um representante da Eurofer ao Valor.

A expectativa da Eurofer é de que as cotas para exportadores como o Brasil fiquem na média do volume exportado nos últimos anos. O que não poderia ocorrer é um aumento das vendas. Mas essa é a teoria, porque na prática o mero anúncio de barreira eleva incertezas e freia negócios.

Enquanto os EUA impuseram sobretaxa de 25% sobre enorme variedade de importações de produtos siderúrgicos, na Europa estão sendo investigados 26 itens. Produtores europeus, que precisam do produto importado, já pediram para a Comissão Europeia, braço executivo da UE, isentar o aço semiacabado, o que reduziria bastante o impacto da restrição sobre o Brasil. O aço

semiacabado representa cerca da metade das exportações brasileiras para o mercado europeu. O mesmo acontece nas vendas para os EUA.

O que está acontecendo agora é o que o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, não cansou de alertar: quando um país começa a restringir o mercado, pode deflagrar uma bola de neve, com os parceiros fazendo o mesmo. As milhões de toneladas de aço que não podem mais entrar nos EUA, por causa da sobretaxa de 25% imposta por Trump, vão buscar terceiros mercados. E esses, por sua vez, tentarão proteger a produção local também elevando barreiras.

Esse é o cenário que Trump conseguiu criar com a política unilateral de "America first". O presidente da Federação das Indústrias Alemãs (BDI), Dieter Kempf, destacou que a "ordem global de comércio é cada vez mais abalada pela lei dos fortes. A força do direito internacional está caindo cada vez mais no esquecimento".

Kempf alertou para o impacto de uma espiral mundial de protecionismo. "As medidas planejadas contra a China, as tarifas impostas ao aço e ao alumínio e possíveis sobretarifas sobre os automóveis estão colocando em risco os investimentos necessários em todas as regiões do mundo e prejudicando o comércio mundial", disse.

Para o dirigente alemão, o comércio mundial está em perigo. "Existem também ataques ao bem-estar, não só na Alemanha, onde um entre quatro empregos depende de exportações, mas para o Brasil esse isolamento é um grande risco", afirmou.

Cúpula europeia é marcada por divisões no bloco do continente

O Globo - 28/06/2018

A União Europeia (UE) busca na cúpula que começa hoje, em Bruxelas, uma solução para os problemas cruciais que enfrenta: os refugiados e a crise do euro. Mas o bloco está mais dividido do que nunca. Cada país luta pelos seus interesses nacionais. As nações do Leste são contra refugiados; as da parte ocidental buscam uma solução europeia; as do Norte são contra o Orçamento comum do grupo do euro, com medo de ter que pagar para os mais pobres; enquanto o Sul da Europa defende o contrário.

Do encontro depende também o desfecho do drama da crise política alemã. A cúpula é a última oportunidade de salvar a coalizão de Angela Merkel se os participantes chegarem a um acordo sobre os refugiados.

— Trata-se da última chance de impedir o golpe letal à UE. Sem solução, o projeto europeu encontraria o seu fim — disse o italiano Antonio Tajani, presidente do Parlamento Europeu.

Na cúpula, será apresentada a proposta de criação de centros de refugiados na África e na Albânia. Outra ideia que será votada é a instalação de plataformas para abrigar os fugitivos e evitar assim que corram risco de vida na difícil fuga para a Europa. Desde o início da crise, em 2015, os países-membros do Leste, como a Hungria e a Polônia, têm recusado receber quotas.

Mas já antes de aprovado, o plano desencadeou protestos veementes da Albânia, que não faz parte do bloco. O primeiro-ministro Edi Rama antecipou que não vai aceitar esses refugiados “que ninguém quer” mesmo que em troca do ingresso do país na UE.

A edição online da revista “Der Spiegel” informou que o comunicado final da cúpula de dois dias nem mencionaria o projeto de um Orçamento para o grupo do euro, que os franceses querem começar com € 21 bilhões. O chanceler austríaco, Sebastian Kurz, que assume a presidência rotativa da UE neste domingo e é um dos principais críticos da política de Merkel, já adiantou que é contra o Orçamento ou o ministério das finanças do euro, outra proposta apresentada pelo presidente francês, Emmanuel Macron. O mesmo aconteceu com a Holanda.

— Para sobreviver, a UE precisa corrigir os erros estruturais, e dois graves foram a introdução do euro e a entrada dos países do Leste no bloco — afirmou o historiador Peter Schöttler. — Para sobreviver, o bloco precisa voltar a ser o que foi no seu início, há 70 anos: uma comunidade econômica europeia com distribuição de alguns subsídios.

Werner Patzelt, cientista político da Universidade de Dresden, lembrou que, para resistir, o bloco precisa responder a três perguntas básicas que dividem radicalmente os europeus: o papel do Estado nacional; a cultura regional; e a decisão se a UE deve ou não aceitar a entrada dos refugiados.

— Nos três pontos, há um abismo entre a maioria da população e os governos. Os europeus estão divididos.

Trump recua de medida direta contra China **O Globo - 28/06/2018**

A Casa Branca deu mais um passo em seus planos de limitar os investimentos chineses no país, mas escolheu uma abordagem que não confronta Pequim diretamente, deixando de lado uma lei raramente usada, reservada para casos de emergência. Em vez disso, o presidente Donald Trump optou por uma legislação atualmente em andamento no Congresso, que visa a fortalecer o Comitê de Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos (CFIUS, na sigla em inglês). Com isso, seria possível evitar que empresas de outros países violem os direitos de propriedade intelectual de companhias americanas.

Trump, no entanto, não citou Pequim, ou sequer citou a China, em um comunicado divulgado ontem anunciando sua decisão. Isso foi considerado por analistas como uma vitória da ala moderada da Casa Branca.

“Essa legislação vai aumentar nossa capacidade de proteger os Estados Unidos de novas ameaças oriundas de investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo em que manterá o ambiente do país aberto para investimentos”, afirmou o presidente na nota.

A decisão de ontem marca uma vitória do Secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, em um debate ferrenho com a Casa Branca a respeito do escopo de tais restrições de investimentos. Mnuchin defendia uma abordagem mais comedida e global na proteção da tecnologia americana, usando autoridade aprovada pelo Congresso, enquanto o consultor de comércio da Casa Branca, Peter Navarro — o maior crítico da China dentro do governo —, argumentava a favor de restrições específicas para o país asiático.

Na última segunda-feira, surgiram informações de que os Estados Unidos iriam limitar os investimentos da China, recorrendo, para isso, a uma lei da década de 1970 que permite restringir investimentos estrangeiros a alguns setores estratégicos alegando questões de segurança.

PLANO B PARA DEMORA EM APROVAÇÃO

No mesmo dia, Mnuchin afirmou que isso se tratava de “notícias falsas” e negou que a medida fosse direcionada à China, mas sim “a todos os países que estão tentando roubar nossa tecnologia”.

A legislação a respeito do CFIUS — chamada de Lei de Modernização da Revisão de Risco de Investimento Estrangeiro — aumentaria o escopo das investigações pelo comitê para incluir investimentos minoritários em “tecnologia ou infraestrutura críticas” e joint ventures nas quais empresas de tecnologia contribuem com propriedade intelectual.

Segundo a lei, investidores estrangeiros que tenham mais de 25% de seu capital na mão de governos de outros países terão de passar pelo CFIUS quando forem comprar uma fatia de pelo menos 25% em alguma companhia americana. Além de analisar, o comitê pode impedir os investimentos.

Trump afirmou ontem que, depois da aprovação final da lei, vai “implementá-la prontamente e executá-la rigorosamente, com uma visão voltada a resolver os temores relacionados a investimentos direcionados pelo estado em tecnologias críticas.”

Caso o Congresso não aprove a legislação rapidamente, explicou o presidente americano, ele vai orientar o governo a implementar novas restrições, em medidas de urgência, que poderiam ser aplicadas globalmente.

Cúpula tenta salvar uma Europa dividida

Correio Braziliense - 28/06/2018

Entre hoje e amanhã, 24 dos 28 países-membros da União Europeia (UE) terão a difícil, se não quase impossível, tarefa de reparar as fraturas causadas pela crise migratória. Com as ausências intencionais de Polônia, Hungria, Eslováquia e República Tcheca, que decidiram sabotar a minicúpula em Bruxelas, o bloco deverá debater a reforma da Convenção de Dublin para refugiados, uma proposta para montar centros de processamento de solicitantes de asilo no norte da África, o impacto do Brexit (divórcio entre Reino Unido e a UE), mudanças na zona do euro, finanças, segurança e defesa.

A ascensão do populismo na Itália, cujo governo do premiê Giuseppe Conte endureceu medidas contra os migrantes, e dissidências internas no governo da Alemanha colocam em xeque o bloco e o espaço de Schengen — o acordo de livre circulação europeu. A chanceler alemã, Angela Merkel, é acusada por aliados de fazer vistas grossas à onda de estrangeiros ilegais. O ministro do Interior, Horst Seehofer, chegou a anunciar um ultimato de duas semanas para que Merkel devolva os migrantes às nações por onde entraram na UE. Os líderes reunidos na capital belga também discutirão a instalação de campos para migrantes fora das fronteiras do bloco.

No último domingo, um primeiro encontro com 16 líderes não avançou em uma saída plausível sobre a acolhida de migrantes. O desafio principal será compactuar planos de reforma do sistema de asilo da UE, que sucumbiu à crise de 2015. “A cúpula destacará a extensão das divisões do bloco, em vez de encontrar meios de curá-las. Existe pouco apetite para encontrar um acordo que simplifique a aceitação ou o registro de migrantes, ou que sugira a partilha do fardo socioeconômico entre os países-membros”, afirmou ao Correio o britânico Rob Dover (leia a Palavra do Especialista), professor de inteligência e segurança nacional pela Universidade de Leicester (Reino Unido).

Fendas

Para o especialista, o fato de a Convenção de Dublin declarar que os migrantes sejam registrados no primeiro país europeu de entrada é considerado insustentável numa era em que os estados fronteiriços se mostram incapazes de fazer esse processamento. “As fendas da UE também se tornaram um pouco mais complexas, recentemente. Os países do norte da Europa veem as nações fronteiriças do sul como pouco esforçadas em deter a onda de migrantes, além de facilitadoras de uma passagem segura para o norte. Por outro lado, os países sulistas entendem que as nações do norte fogem da partilha dos problemas e se indispõem a ajudar financeiramente o sul, que se sente abandonado”, explicou Dover. “Da mesma forma, quase todos os Estados-membros da UE têm um problema político associado à imigração, que se manifesta nos partidos inclinados a posições populistas. Tais realidades eleitorais domésticas impõem sérias restrições aos líderes nacionais para que

possam ser capazes de negociar, de modo flexível, aumentando ainda mais as perspectivas de desacordo.”

Dover não espera grandes avanços na nova cúpula, mas não descarta um acordo universal em direção a uma retórica mais contundente sobre o combate à imigração. Segundo ele, alguns Estados pressionarão por compreensão humanitária aos migrantes que se lançam na travessia do Mar Mediterrâneo (veja arte). O analista prevê o abandono da Convenção de Dublin, a qual obriga um migrante a ser registrado no local onde aportar. “Poderá haver mais dinheiro e uma partilha de capacidades, por meio da Frontex, a agência de fronteiras da UE. Não vejo nenhum acordo para dividir os migrantes entre países-membros, nem pactos sobre quotas, o que seria algo politicamente tóxico.”

Ainda de acordo com o estudioso de Leicester, a questão da “migração excessiva” tem sido associada à competição por recursos na Europa, incluindo a disputa por empregos e pelo acesso aos serviços públicos. “A austeridade econômica europeia, em vigor desde 2008, está sendo colocada à porte dos migrantes. Basta uma narrativa convincente de um conjunto de políticos convincentes para mudar o contrato social, que está no cerne do projeto europeu”, alertou.

No centro da polêmica

As regras europeias de refúgio, conhecidas como Regulamento ou Convenção de Dublin, estabelecem que o primeiro país em que o migrante chega na UE é o encarregado por administrar seu pedido de proteção internacional. O princípio foi temporariamente revogado por dois anos, até setembro de 2017. Os países da UE se comprometiam, mediante um sistema de cotas, a acolher o mais de 1 milhão de solicitantes de refúgio que chegavam em grandes quantidades às costas da Itália e da Grécia.

Palavra de especialista

Rob Dover, professor de inteligência e segurança nacional pela Universidade de Leicester (Reino Unido).

“A ausência de Polônia, Hungria e República Tcheca da minicúpula da União Europeia, em Bruxelas, é claramente inútil para encontrar respostas coesas aos desafios representados pela migração em países do bloco. A Polônia e a Hungria — em particular — são países fronteiriços, e têm governos cada vez mais inclinados ao populismo ou ao autoritarismo.

A decisão de se distanciar da cúpula é inspirada por uma forma de populismo ‘Trumpiano’, a de jogar para uma base de apoio essencialmente antieuropeia, enquanto amplia as pretensões de se tornar um país forte e de ter uma sólida liderança doméstica. Apesar de ter vivido uma era de populismo nacionalista na década de 1930 (os chamados anos entreguerras) e se estabelecido para

prevenir conflitos políticos que levaram à Segunda Guerra Mundial, a União Europeia está realmente lutando para impedir a ascensão desse déjà vu entreguerras.

As razões para isso são multifacetadas, mas essencialmente se baseiam na lacuna percebida entre os decisores políticos da União Europeia e os cidadãos comuns, uma falha em escutar os desejos e as necessidades de cidadãos, e o fracasso em disseminar, de modo adequado, a riqueza da globalização e o mercado único europeu.”

Navio atraca em Malta com 233 migrantes

O navio Lifeline, com 233 migrantes resgatados há uma semana no mar, finalmente conseguiu aportar em Valeta, capital de Malta, depois de receber autorização do governo. A embarcação, fretada por uma organização não governamental alemã de mesmo nome, atracou em um dos cais da cidade, após uma semana de espera em alto-mar. Os migrantes a bordo serão distribuídos entre oito países europeus dispostos a recebê-los: Malta, Itália, França, Espanha, Portugal, Luxemburgo, Bélgica e Holanda. No mar, ao cair da noite, havia um dispositivo importante de segurança e as autoridades maltesas começaram os exames médicos e as formalidades com os migrantes. De acordo com a imprensa italiana, a decisão de permitir ao navio atracar em Malta foi tomada em Roma, na segunda-feira, durante reunião entre o presidente francês, Emmanuel Macron, e o primeiro-ministro da Itália, Giuseppe Conte, com a aprovação de vários países europeus. Macron chegou a retomar algumas das críticas da Itália ao papel das ONGs no Mediterrâneo, ao assegurar que a Mission Lifeline agiu “contrariando todas as regras” por se recusar a entregar os migrantes à Guarda Costeira da Líbia. “Acabamos sendo cúmplices dos traficantes (...) é de um cinismo terrível”, disse Macron. A ONG rebateu as críticas e defendeu sua posição. “É preciso destacar que a única ordem que o navio se negou a obedecer foi a de entregar essas pessoas à Guarda Costeira líbia, porque teria ido contra a Convenção de Genebra sobre os refugiados e teria sido ilegal”, afirmou a ONG, por meio de um comunicado.

Fluxo cambial está positivo em US\$ 23,4 bi no ano até dia 22 DCI - 28/06/2018

O fluxo cambial do ano até o dia 22 de junho ficou positivo em US\$ 23,473 bilhões, informou ontem (27), o Banco Central (BC). Em igual período do ano passado, o resultado era positivo em US\$ 6,501 bilhões. A saída pelo canal financeiro neste ano até 22 de junho foi de US\$ 5,599 bilhões. O resultado é fruto de aportes no valor de US\$ 252,530 bilhões e de envios no total de US\$ 258,129 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações. No comércio exterior, o saldo anual acumulado ficou positivo em US\$ 29,072 bilhões, com importações de US\$ 75,571 bilhões e exportações de US\$ 104,642 bilhões. Em junho, o fluxo está positivo em US\$ 4,657 bilhões.